



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE ANTROPOLOGIA

Vanessa Suany da Silva

Coletivo MãEstudantes/UFSC: articulações, política de permanência materna e
institucionalização de demandas.

Florianópolis
2023

Vanessa Suany da Silva

Coletivo MãEstudantes/UFSC: articulações, política de permanência materna e institucionalização de demandas

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Bacharela em Antropologia

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Miriam Furtado Hartung

Florianópolis
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Vanessa Suany da
Coletivo MãEstudantes/UFSC: articulações, política de
permanência materna e institucionalização de demandas. /
Vanessa Suany da Silva ; orientador, Miriam Furtado
Hartung, 2023.
68 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Antropologia,
Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Antropologia. 2. mães estudantes. 3. política
pública. 4. universidades. 5. permanência materna. I.
Hartung, Miriam Furtado. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Antropologia. III. Título.

Vanessa Suany da Silva

Coletivo MãEstudantes/UFSC: articulações, política de permanência materna e institucionalização de demandas.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharela e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Antropologia.

Florianópolis, 27 de janeiro de 2023.

Prof. Dr. Bruno Mafra Ney Reinhardt
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Miriam Furtado Hartung
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a Dr^a Antonella Maria Imperatriz Tassinari
Universidade Federal de Santa Catarina

Doutoranda Vanessa Fonte Oliveira
PPGAS da Universidade Federal de Santa Catarina

*Dedicado a Dona Léo, querida avó (in memoriam),
cuja presença fez/faz parte na composição da pessoa e
mãe que me construí até aqui.*

Obrigada!

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a parceria da Flora, minha filha, que me acompanhou em toda essa trajetória, do início ao fim. Arrisco dizer que se não fosse por ela, talvez eu não voltasse a estudar em 2016. Em segundo lugar, agradeço e parablenizo a mim mesma por ter concluído essa graduação e a meu companheiro por todo apoio nessa reta final.

Agradeço ao Coletivo MãEstudantes pela oportunidade de atuação, desenvolvimento da pesquisa ao longo dos anos e por todos os aprendizados provenientes dessa aproximação.

Todas as professoras e professores pelos ensinamentos compartilhados e o acolhimento dispensado, em suas aulas, a mim e à Flora. Agradeço por toda paciência que tiveram em relação às interrupções feitas por ela em sala de aula.

Para não esquecer de citar nominalmente ninguém, agradeço de maneira geral todas as/os colegas que foram fundamentais para a minha construção acadêmica ao longo do período em que estive na graduação. Também os agradeço pelo acolhimento e momentos compartilhados ao longo da formação, sobretudo aqueles que entretinham Flora em alguns momentos quando eu precisava realizar determinada atividade acadêmica na sala de aula.

Um enorme agradecimento à minha orientadora, Prof^a Dra. Miriam Furtado Hartung, pela paciência que teve ao longo de todos os anos que envolveram a escrita deste TCC.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina pela oportunidade da formação e ampliação de horizontes por meio do ecossistema diverso que se apresenta em seu *campus*.

Por fim, agradeço a todas as amigas, amigos e amigues que de alguma maneira contribuíram para a conclusão deste trabalho quando se colocaram como rede de apoio disponível em Florianópolis.

RESUMO

Nas últimas décadas, o perfil acadêmico das universidades federais brasileiras vem sendo modificado pelas ações afirmativas, que democratizaram o acesso à universidade e às políticas de permanência a elas atreladas. No passado, o perfil acadêmico era representado na figura de jovens brancos de classe média. Entretanto, atualmente, esse perfil se modificou. Segundo pesquisas da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), realizada em 2014, mais de 50% dos estudantes em Universidades Federais brasileiras são mulheres e, desse percentual, cerca de 13% são mães-estudantes. Para além dos desafios da permanência na universidade, essas mulheres administram a maternidade, as demandas acadêmicas, profissionais e pessoais. Foi para enfrentar essa realidade que um grupo de mães-estudantes organizou-se politicamente no “Coletivo MãEstudantes/UFSC”, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), buscando assegurar políticas específicas para a sua realidade e para que suas vozes fossem ouvidas o que, mesmo com muita dificuldade, conseguiram. Os esforços empregados neste trabalho aspiram documentar as articulações que culminaram na institucionalização de suas demandas.

Palavras-Chave: mães estudantes; política pública; universidades; permanência materna.

ABSTRACT

In recent decades, the academic profile of Brazilian federal universities has been modified by affirmative actions, which have democratized access to university and the permanence policies linked to them. In the past, the academic profile was represented by middle-class white youth. However, currently, this profile has changed. According to surveys by the National Association of Directors of Federal Institutions of Higher Education (ANDIFES), carried out in 2014, more than 50% of students in Brazilian Federal Universities are women and of this percentage, about 13% are student mothers. In addition to the challenges of staying at the university, these women manage motherhood, academic, professional and personal demands. It was to face this reality that a group of student-mothers organized themselves politically in the “Coletivo MãEstudantes/UFSC”, at the Federal University of Santa Catarina (UFSC), seeking to ensure specific policies for their reality and that their voices were heard and, Even with great difficulty, they succeeded. The efforts employed in this work aspire to document the articulations that culminated in the institutionalization of their demands.

Keywords: Students mothers; public policy; university; mother stay.

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional do Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior
BU	Biblioteca Universitária
CA	Colégio de Aplicação
CED	Centro de Educação
CFH	Centro de Filosofia e Ciência Humanas
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CoAEs	Coordenadoria de Assuntos Estudantis
COID	Coordenadoria de Inclusão Digital
CUn	Conselho Universitário
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico
IEG	Instituto de Estudos de Gênero
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INPD	Instituto Nacional de Psiquiatria do Desenvolvimento
MEN	Departamento de Metodologia de Ensino
NDI	Núcleo de Desenvolvimento Infantil
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROAF	Pró-Reitoria de Ações Afirmativas
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROPG	Pró-Reitoria de Pós Graduação
RU	Restaurante Universitário
SAAD	Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

SUMÁRIO	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	14
1.1 (REDES)COBERTAS	15
1.2 APROXIMAÇÕES	24
1.3 INQUIETAÇÕES	33
CAPÍTULO 2	41
2.1 MÃE(S) COMO FATO SOCIAL	42
2.2 MATERNIDADE(S) NO AMBIENTE ACADÊMICO	48
2.3 MÃES ESTUDANTES: DEMANDAS E POLÍTICA PÚBLICA	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

INTRODUÇÃO

A contextualização do processo de construção deste trabalho, e seus enormes imponderáveis, é importante para compreendermos que, às vezes, existem eventos que nos fazem mudar completamente o rumo das coisas. Mesmo que de início apareça aquele frio na barriga, e as incertezas sejam uma constante, no fim, a gente percebe que deu certo.

Quando comecei a pensar sobre o tema da pesquisa, a ideia inicial era registrar todo o processo de formulação da proposta para a política de permanência materna na UFSC, por meio de gravações em áudio das vozes do Coletivo MãEstudantes e dos representantes institucionais, todos membros da comissão que se ocuparia da questão. Nesse período, onde definia o tema da pesquisa, também cursava duas disciplinas: Antropologia Visual e Optativa I. Como se tratava de disciplinas que dialogavam entre si, o trabalho final consistiu em elaborar um vídeo sobre um tema escolhido pela dupla de alunos. Eu e meu colega decidimos falar sobre as mães-estudantes na universidade. Gravamos entrevistas com algumas mães-estudantes de cursos da graduação e da pós-graduação; mães-estudantes brasileiras e estrangeiras; recém chegadas na universidade e que estavam saindo. Também registramos a presença de crianças no Campus, acompanhadas de suas mães. Apenas para o trabalho final dessas disciplinas, somamos quase 4 horas de vídeo das entrevistas realizadas. Cursar aquelas disciplinas contribuiu significativamente para a minha pesquisa, pois o material que havíamos produzido trazia as vozes de mães estudantes que se encontravam em diferentes estágios da trajetória acadêmica. Algumas delas participavam do Coletivo, outras não, mas todas nos trouxeram informações e percepções que foram muito importantes e certamente sem as quais a pesquisa ficaria empobrecida. Isso estava resolvido. Agora precisava das vozes da instituição. Foi então que decidi gravar todas as reuniões da primeira comissão nomeada para elaborar a política para permanência materna, bem como algumas reuniões do Coletivo MãEstudantes. E assim o fiz. Fui autorizada pelos membros da comissão a gravar as reuniões que aconteceriam no espaço de 180 dias, entre junho e novembro de 2018. Em todas as reuniões, lá estava eu com um gravador de voz ligado no centro da mesa.

Somando todas as horas de gravação das reuniões da comissão e do Coletivo, tinha algo em torno de 20 horas de depoimentos. Minha pretensão era transcrever alguns trechos

das gravações para utilizar no meu texto de TCC e assim construir minha argumentação. Mas, como nem tudo são flores, e o aparente “controle” que julgamos ter às vezes escapa por entre os dedos, todo material, 4 horas de vídeo e 20 horas de áudio, foram perdidos durante a pandemia de CoVid-19. Sim, isso foi algo desesperador!

No início da pandemia meu computador era compartilhado entre eu e minha filha. Nesse período, a escola dela estava funcionando na modalidade do ensino remoto. Então, na manhã daquela terça-feira, no fatídico mês de junho de 2020, eis que descubro a perda de todos os meus arquivos do computador e, dentre eles, estavam as 20 horas de áudio e as quase 4 horas de vídeo de entrevistas. Naquele tempo eu não tinha um HD externo, nem espaço de armazenamento extra no *google drive*, e minha filha não fazia ideia do que significava clicar no botão “restaurar configurações de fábrica”. Pois bem, o desespero tomou conta de mim. Só conseguia pensar em como iria terminar de escrever meu TCC sem a base fundamental de toda minha pesquisa. Confesso que levei alguns meses para conseguir me recuperar da perda, mas aprendi, a duras penas, a importância do *backup*. Daquele dia em diante, tudo que faço e todo material que produzo coloco em nuvens e HD externo.

Passado o trauma era chegada hora de pensar como finalizar o trabalho sem necessariamente descartar a integralidade do que já havia escrito. Afinal o tema seguia sendo relevante, e eu tinha muitas informações registradas em páginas já escritas, anotações dos diários de campo - embora julgue que meus registros nos diários fossem insatisfatórios dado as interseccionalidades que me constituíram nesse processo - e as memórias do trabalho de campo. Uma informação importante para compreender o contexto de realização da pesquisa e escrita do trabalho é que, enquanto estava como representante do Coletivo na comissão, era muito complexo realizar a observação participante que havia desenhado inicialmente para a pesquisa. Naquele espaço minha observação era mais que participante, era sobretudo atuante. Nesse sentido as gravações de áudio seriam fundamentais para que eu pudesse ouvir, com o necessário distanciamento, as discussões e as falas nas reuniões, sobretudo minha própria, que, naquele espaço, estava como uma das vozes representantes do Coletivo MãEstudantes. Agora, nada mais daquilo importava, o material havia se perdido e eu tinha um trabalho para concluir.

No ano de 2020 o Coletivo lançou o primeiro formulário sociodemográfico para conhecer o perfil das mães estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e sobretudo, saber como estava a condição delas durante a pandemia. Por algum motivo,

desconhecido pelo Coletivo, os resultados do formulário, e o próprio formulário, desapareceram da pasta do *google forms* vinculada ao email do Coletivo MãEstudantes. Com base no misterioso sumiço do primeiro formulário, o Coletivo pensou no lançamento do segundo formulário sociodemográfico. Dessa vez, ampliamos o número de perguntas para aprofundar o entendimento acerca dessa categoria estudantil tão invisibilizada na UFSC. Em 2021, no segundo semestre, elaboramos e lançamos o II Formulário Sociodemográfico das Mães Estudantes da UFSC, só que, dessa vez, numa versão ampliada, com mais de 30 questões.

Como boa parte do material já estava perdido e eu decidi seguir com o tema inicial da pesquisa, adaptei a metodologia e utilizei alguns dados do II Formulário Sociodemográfico das Mães Estudantes na UFSC¹, elaborado pelo Coletivo, bem como alguns prints da página do Coletivo no *facebook*. A metodologia para o novo rumo que a pesquisa tomou passou pela observação (mais que) participante, a autoetnografia no sentido da experiência pessoal do pesquisador ser comparável aos demais membros de determinado grupo social (SANTOS, 2017), além de dados quantitativos provenientes do formulário.

Nesse ponto é inegável que as minhas memórias também façam parte da construção desse TCC. Enquanto as memórias se desenrolam, muitas coisas se transformam dentro de quem as rememora. Quando narradas expõem um complexo e articulado mundo de distintos “eus” independentes, coexistindo na mesma “partitura musical, que é a de todos os que realizam a aventura de contar-se” (GEBARA, 2005). Se não existe sujeito sem experiência, e toda experiência é fruto da interação entre sujeitos e da racionalização dos processos, trazer parte de minha experiência como membro do coletivo e mãe estudante, me permitiu uma perspectiva mais alargada acerca da questão. Existem informações que são acessadas apenas por quem está dentro e/ou faz parte de algo. Por mais que haja envolvimento do pesquisador com seu trabalho de campo, ele não estará ali 24 horas por dia 7 dias por semana ao longo de 12 meses. Por mais que eu estude, conviva, me aproxime e observe determinado grupo social/cultural - ou qualquer outro grupo ao qual eu não pertença - jamais terei a compreensão exata de como se sentem. Será sempre a minha percepção, o meu olhar, o meu entendimento. Para sentir, efetivamente, é preciso estar na pele. Por mais que eu leia, pesquise, estude sobre mulheres indígenas e seja empática a elas, jamais saberei o que é ser uma mulher indígena.

¹ Não posso deixar de mencionar que o II formulário foi elaborado por meio de um esforço coletivo daquelas que compunham o núcleo ativo do grupo: eu, Patrícia Valiente, Ana Lima, Vanessa Fonte e Cleide Quintino.

Simplesmente por não ter esse pertencimento étnico, há informações e sentimentos que jamais irei acessar por não ser um membro desse grupo. Cabe, também, problematizar o meu pertencimento seja ao Coletivo, seja ao grupo de pessoas que ele reúne, às mães estudantes. Se, por um lado, certamente conheço mais de perto essas duas realidades, por outro, o fato de problematizá-los acaba por me afastar. Estive, portanto, num movimento de muita proximidade e algum afastamento, trazido, este último, pelo lugar de pesquisadora.

Feita as devidas contextualizações, sigo com a introdução do trabalho.

No primeiro capítulo busco discutir a questão dos homens e como a sociedade está pensada para eles. Sobretudo quando se refere a cuidados parentais, os homens seguem com ampla rede de apoio que lhes possibilita desenvolver suas vidas profissionais e acadêmicas. Ainda neste capítulo discorro sobre como se deu a aproximação entre mães estudantes que culminou na fundação do Coletivo MãEstudantes, bem como todas as inquietações que deram ensejo a este TCC.

Já no segundo capítulo trago reflexões acerca da maternidade enquanto fato social (DURKHEIM, 1977). Discuto como o conjunto de regras e ideias hegemônicas que definem como devem ser e agir as mulheres mães também orienta as percepções e atitudes da comunidade acadêmica na UFSC, cujos resultados impactam negativamente a vida social, econômica e educacional das mães estudantes. Finalizando este capítulo, trago as demandas e reflexões sobre políticas públicas.

Importante ressaltar que ao longo de toda a escrita tratarei de questões relacionadas à implementação de uma política pública voltada à permanência materna na UFSC. A relevância do tema também é outro ponto a ser frizado. Até hoje, mesmo que mulheres sejam maioria nas universidades desde a década de 1990, não existe nada que garanta que essas mulheres exerçam suas maternidades nas suas vidas acadêmicas. Apesar da diversidade da categoria estudantil, o grupo de mães estudantes ainda carece de muita atenção e de ações para sua inclusão.

Acessar, permanecer com qualidade e concluir uma trajetória acadêmica deve ser um direito de toda e qualquer mulher que chegue ou se torne mãe na universidade.

CAPÍTULO 1

Neste capítulo trarei um pouco da minha trajetória durante o processo de (re)descobertas na universidade, da minha aproximação com o Movimento de Pais e Mães da UFSC, que culminou na construção do Coletivo MãEstudantes/UFSC. Não se trata apenas de uma autoetnografia, mas de tentar descrever a situação experienciada pelas estudantes que também são mães através da minha experiência pessoal enquanto mulher, mãe e estudante. Utilizei, portanto, a minha própria situação na busca por compreender como outras mulheres vivem a experiência de ser mãe e estudante². Trago um pouco das articulações nos processos de aproximação, tanto com o grupo quanto com a instituição. Também não posso deixar de falar sobre as redes de apoio disponíveis para mulheres mães estudantes em relação aos homens pais estudantes. A pretensão é dar voz às demandas, angústias, incertezas e (porque não) alegrias que acompanham a trajetória acadêmica de mães estudantes na UFSC, bem como suas articulações e lutas neste espaço.

1.1 (REDES)COBERTAS

Entre 2001 e 2006 tive a oportunidade de cursar Ciências Biológicas - curso que não concluí por um conjunto de fatores, dentre eles a maternidade. Me lembro que durante os anos em que estive no curso de Biologia pouco se via discentes negras, indígenas, quilombolas, pessoas trans e mães. Ao longo dos 5 anos em que estive no referido curso conheci apenas duas mulheres que eram mães e estudantes. De lá até o momento em que ingressei no curso de Antropologia (2016), passaram-se dez anos. Claro que o mundo mudou nesses 10 anos e não seria diferente com as Universidades brasileiras.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) acompanha as alterações ocorridas no perfil dos estudantes desde 1996, por meio das pesquisas quadrienais acerca do Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e mostra que elas vêm apontando uma mudança significativa. Desde que a ANDIFES iniciou esse acompanhamento, as mulheres são e continuam sendo a maioria do corpo discente: em 1996 eram 51,4% do conjunto dos estudantes das IFES ; em 2018 eram 54,6%.

² É importante sinalizar que minha pesquisa é uma de tantas que já foram feitas relacionando a experiência pessoal do pesquisador com o grupo estudado. O termo autoetnografia foi utilizado pela primeira vez por Hayano em 1979. Entretanto existem na atualidade autores que tratam do tema, como Silvio Matheus Alves Santos em *O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios*. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6497/649770014013/649770014013.pdf>

O intervalo de tempo que separa os dois cursos de graduação que cursei foi fundamental para perceber tais mudanças. Em 2001, como já disse mais acima, era pouco visível essa diversidade dentro da comunidade estudantil. Hoje, nas universidades, a presença, ainda insuficiente, de estudantes quilombolas, indígenas, trans, negras, deficientes físicos e mães é mais frequente do que encontrávamos no início do século XXI.

Outra mudança observada foi em relação às publicações acadêmicas dos conhecimentos produzidos pelas universidades. Atualmente, o ritmo de produção das publicações acaba por excluir determinados grupos que não conseguem se inserir nesse processo. O frenético e competitivo mundo das produções e publicações acadêmicas exerce enorme pressão sobre todos os estudantes, com ou sem filhos. A pressão e o desgaste emocional de mães estudantes com relação aos prazos das atividades acadêmicas, as “metas” de publicações e o tempo necessário ao estudo e à produção acadêmica são intensificados, sobretudo para aquelas que não contam com uma rede de apoio.

Certa vez uma mãe-estudante, da pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), relatou o estresse pelo qual estava passando com um de seus professores no tocante à sua maternidade. Sendo ela a única mãe da turma, o docente não reconheceu a sua condição especial e teria dito: "Não importa se os pintinhos da galinha ficarem doentes ou morrer, a data de entrega do trabalho é essa e, ponto final". Curioso é pensar que isso aconteceu em 2017, no século XXI, mesmo quando mulheres são maioria nas IFES, desde a década de 1990. A posição do professor faz pensar que a universidade (ainda) não está tão disposta em acolher mulheres com filhos, na sua especificidade. Será que isso acontece pelo fato das instituições estarem mais preocupadas com os índices que medem a produtividade acadêmica do que com qualquer outra coisa que envolva a saúde física, mental e emocional dos estudantes?

Em se tratando de mães-estudantes, a pressão se transforma (guardadas as devidas proporções) em punição, que fica mais claro nos relatos compartilhados no *facebook* do Coletivo MãEstudantes/UFSC, na campanha #SerMãeNoCampusÉ³. A campanha foi realizada pelo Coletivo com objetivo de dar voz às mães estudantes que, muitas vezes, sofrem caladas com as violências proferidas contra elas. Seguem aqui alguns exemplos das violências relatadas:

³ Ver anexos da campanha #SerMãeNoCampusÉ... na página do Coletivo MãEstudantes/UFSC no *facebook*.

Figura 1- Relatos de estudantes mães da UFSC



Fonte: página do Coletivo MãEstudantes/UFSC no *facebook*.

Os relatos acima escancaram as violências silenciosas que mulheres são submetidas quando decidem ser mães e estudantes. É flagrante a disposição de algumas pessoas (algumas vezes velada) em punir mulheres que escolheram (ou não) a maternidade antes de entrar na universidade ou no decorrer dela. Observando os relatos dessas mães estudantes, me pergunto: por quanto tempo será que as mães, principalmente as mães solo, darão conta de manter este ritmo acadêmico sem abandonar a sua formação ou, pior, adoecer? Eu tenho um palpite, e você?

Nos dez anos que separaram o meu trancamento no curso de Biologia e o início do curso de Antropologia, me tornei mãe, o mundo e a vida se tornaram mais (freneticamente) tecnológicos. Como se não bastasse o frenesi tecnológico desse momento, que vinha numa crescente desde a primeira década do século XXI, em 2020 o mundo digital invadiu nossas vidas privadas de uma maneira assombrosa. A pandemia da Covid-19, em 2020, trouxe o

mundo digital, escola das crianças, a universidade, as interações sociais e o trabalho tudo para dentro de casa. Todas as atividades da vida social, profissional e acadêmica, antes inseridas em determinado espaço, foram arrastadas para dentro das residências. Isso tudo somado ao *homeschooling* formou um grande emaranhado na rotina de mulheres que são mães, bem como de todo restante da população mundial. Enquanto o Brasil e o mundo se encontravam em uma pandemia, um grupo de mães-estudantes e pesquisadoras se organizou para escrever uma coletânea intitulada *Mulheres Cientistas e os Desafios Pandêmicos da Maternidade* (2020). O texto de Raquel Silva Barretto *et al* neste livro auxilia a compreensão sobre o que foi esse período para as mulheres. Elas sinalizam que,

[...] na atualidade, a vivência da Pandemia não impossibilitou que as demandas continuassem, elas apenas se reconfiguraram, de tal forma que os horários laborais se estenderam, os chefes passaram a dividir virtualmente a rotina da casa e, o ensino foi transportado para as telas. Nessa perspectiva, foi reconhecido mundialmente que as mulheres assumiram a maior sobrecarga e tiveram maiores impactos. (p. 35)

A sobrecarga das mulheres durante a pandemia apenas evidenciou o que sempre aconteceu antes dela, são as mães as mais sobrecarregadas. A diferença é que antes da pandemia isso restringia-se à esfera privada e, no período da pandemia, o privado tornou-se público e o público invadiu o privado. Ou, se quisermos ser menos taxativos quanto à separação entre as esferas do público e do privado, poderíamos dizer que a linha que os separa tornou-se ainda mais fluída. Além disso, as redes de apoio estabelecidas no período pré-pandêmico, deixaram de existir durante a pandemia - resultado do necessário afastamento entre as pessoas, mesmo quando familiares -, o que sobrecarregou ainda mais as mulheres, especialmente as mulheres com filhos. Coube a elas todas as tarefas domésticas que já desempenhavam, a continuidade, agora em um ritmo pouco controlado, do trabalho em suas atividades profissionais e, aquelas que têm filhos, coube também substituir as professoras ou acompanhar as aulas remotas de seus filhos.

Paralelamente, as publicações acadêmicas acompanharam a celeridade dos novos tempos, mesmo que isso não resulte em algum tipo de aumento de conhecimento, talvez, podemos arriscar, muito antes pelo contrário. O que me faz inferir acerca disso foram os quatro anos em que o governo pouca ou quase nenhuma atenção deu à educação, à ciência, e muito incentivou visões retrógradas para a sociedade. Nesse contexto político, naquilo que se refere ao lugar das mulheres na sociedade, o que vimos foi exatamente um retrocesso, no

sentido de que esse campo político reforçou a ideia tão conservadora de que “crianças e trabalhos domésticos” são assunto para mulheres, mesmo se desempenhem atividades profissionais.

A vida nas Universidades, neste período, também não ficou mais fácil, pelo contrário. Significativos foram os cortes de verba⁴ para educação, especificamente para o ensino superior, o que comprometeu o acesso e permanência dos estudantes das ações afirmativas. Até 2003, poucos eram os estudantes negros, quilombolas e/ou indígenas nas universidades, sejam elas públicas ou privadas⁵. Estudantes com filhos também eram raridade. No período que compreende os cinco anos em que andei pelos corredores da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), cursando Biologia, lembro de ter apenas uma colega que era estudante e mãe. Na época, a filha dela estava com 2 anos e vivia com os avós paternos. Mesmo buscando estar presente na vida da filha, a decisão de deixar a criança aos cuidados da família paterna lhe trouxe angústia, preocupação e situações em que sua “decisão” foi objeto de avaliação negativa: “como assim você “abandonar” sua filha com os avós paternos?”, ou, então, “você não tem vergonha de deixar sua filha com os avós paternos e estar estudando o dia todo?” Tais situações certamente impactam a certeza de que fez uma escolha que deveria ser aceita, uma vez que, provavelmente, tais questionamentos não se colocam aos homens que são pais e trabalham e estudam. Ou seja, aquilo que parecer fora do “normal” para as mulheres, é perfeitamente aceitável e, arriscaria dizer, desejável, no caso dos homens.

Outra lembrança desse período é a de um colega no curso de Biologia, que estava há poucos semestres de finalizar a graduação e sua namorada engravidou de gêmeos. Lembro da mobilização dos demais discentes do curso, realizando ações para arrecadar fraldas e outros itens para os bebês. Com ele, diferentemente do que aconteceu com a estudante, houve grande comoção e instantânea empatia dos colegas, em virtude dele se tornar pai. Os comentários a respeito da paternidade eram: “nossa, você viu?! Fulano vai ter gêmeos! Coitado, precisamos ajudar [...]”, ou então, “vai ser puxado para ele, será bom que se forme logo”.

As lembranças ajudam a ilustrar um pouco a desproporcionalidade do tratamento, e o teor dos julgamentos feitos aos homens quando tornam-se pai e aqueles reservados às

⁴ Dentre os cortes encontramos cerca de 35,1 milhões de reais no orçamento para 2022; na saúde com 1,6 bilhão de reais para o orçamento de 2023; e na educação o corte orçamentário para 2023 foi cerca de 1,68 bilhão no Ministério da Educação.

⁵ Em 2002 o presidente era Fernando Henrique Cardoso. Apenas em 01 de janeiro de 2003 foi que Luiz Inácio Lula da Silva assumiria o cargo.

mulheres, sejam as que já são mães quando ingressam na Universidade, sejam aquelas que se tornam mães no decorrer dos cursos de formação na graduação e na Pós-graduação. Nesse sentido, as mudanças verificadas no perfil dos estudantes universitários, que se tornou mais diverso, não resultaram em mudanças na forma como a paternidade impacta a vida dos homens na Universidade. Nesse caso, os dados da ANDIFES corroboram o baixo impacto que a paternidade exerce na vida dos homens na academia. Na sequência, a tabela da V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018 ajuda a visualizar sob os cuidados de quem ficam as crianças de até 5 anos, filhas e filhos de homens e mulheres, estudantes de graduação das IFES brasileiras.

Tabela 1: Com quem ficam os filhos menores de 5 anos dos (as) estudantes das IFES que possuem pelo menos uma criança nessa faixa etária

Com quem ficam filhos/Sexo	Feminino	Masculino	Sem declaração	Total
Famíliares	60,7	71,8	29,5	65,5
Instituição de ensino privada	11,1	11,6	4,8	11,3
Outra instituição educacional pública	12,3	9,3	9,6	10,9
Traz para a universidade	7,9	1,7	29,5	5,2
Babá / Empregada Doméstica	4,9	3,8	5,4	4,4
Sozinho	2,0	1,2	15,7	1,7
Creche da própria universidade	1,1	0,6	5,4	0,9
Total	100,0	100,0	100,0*	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES. (ANDIFES, 2018).

Certamente, os percentuais acima seriam diferentes se a pesquisa quadrienal da ANDIFES considerasse como menor as crianças com até 12 anos, assim como está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁶. Nesse aspecto, os dados em relação à idade das crianças dependentes que são filhas(os) de estudantes na graduação estão incompletos, o que dificulta bastante quando pensamos em políticas públicas, pois os números acabam ficando subestimados. Também é possível observar que, em relação aos homens, mulheres levam 4,65 vezes mais as crianças para as aulas do que os homens, isso indica que a rede de apoio para o homem é 6,45 vezes maior do que a das mulheres, pois, nesse caso, as crianças

⁶ Cf. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm

não precisam acompanhá-los em sala de aula na Universidade. A porcentagem de familiares que ficam com as crianças, durante o tempo em que pais e mães estão na Universidade, demonstra a balança pendendo para o lado dos homens.

Também na sociedade brasileira a responsabilidade acerca da educação e cuidados com as crianças é exercida, na maior parte das vezes, por mulheres. Quando olhamos para o ambiente acadêmico, encontramos escassas pesquisas que tratam da diminuição na produtividade, e conseqüentemente de recursos, para mulheres que se tornam mães e seguem carreira acadêmica. Em uma publicação do *Parent In Science*, no 2º Workshop Internacional sobre Igualdade de Gênero em Engenharia de Software (GE), em 2019, foi possível observar, em percentuais, o número de homens e mulheres pesquisadores no Brasil, bem como os números do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Neste caso,

[...] o relatório sobre Gênero no Cenário de Pesquisa Global, publicado em 2017 pela Elsevier, mostrou que o número de mulheres cientistas no Brasil chega a 49%. Mas dados do programa “Jovens Pesquisadoras” do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) indicam que o número de mulheres na ciência diminui com o avanço da carreira científica, ou seja, em cargos mais considerados prestigiosos e em altas posições acadêmicas. Um exemplo é o número de bolsistas de produtividade do CNPq (marca de excelência na carreira científica no Brasil): em 2017, apenas 36% das bolsas eram concedidas a pesquisadoras. Além disso, a entrada da mulher no sistema de bolsas de produtividade é posterior à dos homens. A maioria das bolsas é concedida a homens com idade entre 45 e 54 anos, enquanto para as mulheres a faixa etária com maior número de bolsistas está entre 50 e 59 anos, e apenas 19% das bolsas concedidas a pesquisadoras são para mulheres entre 30 e 34 anos de idade, e 25% para mulheres entre as idades de 35 e 39 anos. (*Parent in Science*, 2017, p. 01).

A diferença entre homens e mulheres docentes já é assombrosa, agora imagine como isso se processa na graduação, em que as mulheres ainda buscam pela formação e é desconsiderada em sua maternidade, sistematicamente? Mesmo que desde a década de 1990 as mulheres sejam a maioria nos cursos de graduação, segundo pesquisas da ANDIFES, o número de mulheres ocupando espaços de poder, que têm acesso às bolsas de produtividade, como se leu acima, ainda é bastante inferior se comparado aos homens.

O homem ao tornar-se pai conta com toda uma rede de apoio que se estabelece em seu entorno. É como se a sociedade compreendesse que criar e educar uma criança deve ser

algo coletivo, desafiador, de extrema importância e responsabilidade e não apenas responsabilidade do pai e da mãe da criança. Essa ideia parece ser melhor aceita no caso dos homens, os quais recebem diferentes formas de ajuda de familiares e amigos, e são menos criticados pelo tempo que dedicam ao trabalho ou à sua formação acadêmica/profissional. A rede que se forma ao redor do homem está sempre disponível e é bastante extensa. Encontramos esposas, mães, pais, avôs, avós, tios, tias, irmãs, irmãos, primos, primas, amigos etc., se disponibilizando em cuidar da(s) criança(s) para que o homem pai tenha a possibilidade de se desenvolver profissional e academicamente. Quando essa rede não existe, os homens costumam recorrer a babás ou trabalhadoras domésticas para garantir os cuidados com os filhos. Tudo isso, sublinhe-se, sem que sejam condenados, castigados ou julgados em sua paternidade. É como se homens fossem “blindados” ao julgamento em suas paternidades.

Tudo muda no caso das mulheres que, por serem vistas como “naturalmente” dadas à maternidade, costumam ser criticadas, duramente, quando tentam conciliar a maternidade e suas vidas profissionais e sua formação acadêmica. Para a sociedade, de maneira geral, a maternidade é algo dado, natural para as mulheres, como se já nascessem com todos os “aplicativos” e “extensões baixadas” para a “função mãe”, o que tornaria desnecessário o apoio para ela, pois supostamente ela “dá conta do recado”, afinal, “quem pariu Mateus que balance”⁷.

Mas não é bem assim, né?! Embora a sociedade tenha vivido transformações sociais importantes desde o início do século XX, e ao entrar no século XXI tenhamos intensificado tais transformações, as mulheres ainda não conseguiram alterar a sua realidade em relação ao tempo gasto com atividades domésticas e cuidados com as crianças. É possível sugerir que na população de 14 anos ou mais, em 2018, as mulheres dedicam mais que o dobro de horas semanais (em média) nestas atividades do que os homens (21,3 e 10,9 horas respectivamente)” (WELTERS, 2022, p. 01).

Somente após me tornar mãe e estudante, foi que passei a observar com mais atenção a presença de mães estudantes na universidade. Atribuo esse aumento de mulheres que são mães, em parte, às políticas afirmativas que possibilitam uma maior diversidade nas IFES⁸,

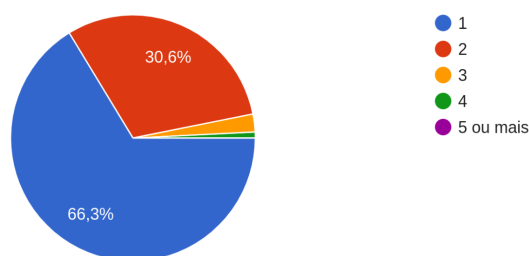
⁷ Alguns dicionários de expressões indicam que a expressão correta seria: “Quem pariu os maus teus, que balance”. Como nossos filhos não são nossos males, optei por usar a expressão que, tradicionalmente, falam para as mães.

⁸ Segundo dados do Formulário Sociodemográfico das Mães Estudantes da UFSC realizado pelo Coletivo MãEstudantes/UFSC (2021), que ainda não foi publicada

por meio do acesso e permanência. Porém, é importante salientar que à medida que o número de filhos aumenta, a presença das mulheres no universo acadêmico diminui.

Gráfico 1- Dados acerca do número de crianças sob a responsabilidade das mães estudantes na UFSC.

Qual número de criança(s) e/ou adolescente(s) estão sob sua responsabilidade?
255 respostas



Fonte: Formulário Sociodemográfico das Mães Estudantes da UFSC - 2021/2 (Inédito).

Já entre os homens com 4 ou mais filhos, a trajetória acadêmica não é impactada. Segundo o relatório da ANDIFES de 2018,

[...] cerca de 1 a cada 10 discentes tem filhos. Dentre estudantes com 4 ou mais filhos, a maioria absoluta (53,4%) é do sexo masculino. Dentre estudantes com 1 filho quase 60% são do sexo feminino. À medida que cresce o número de filhos (as) diminui o percentual de estudantes do sexo feminino, o que indica que maternidade e vida acadêmica são mais difíceis de conciliar, quando a estudante têm mais de 1 filho (a) (p. 212).

Conciliar mais de um filho com a vida acadêmica é difícil, bem como quando se tem apenas uma criança mas se é mãe solo e não se conta com rede de apoio, sejam familiares ou amigos. Uma outra variável que constrói essa situação em que as estudantes da UFSC não contam com rede de apoio no cuidado com os filhos é o fato de que 79,6% delas não são naturais da cidade onde estão matriculadas.

Em muitos casos, as mães estudantes trabalham em atividades subalternizadas, pois os auxílios estudantis são insuficientes para sua manutenção, o que se agrava quando ela é a única responsável pela manutenção da criança. Some-se a esse quadro que, de maneira geral, os auxílios estudantis oferecidos pela própria universidade, em sua maioria são acessados por essas mulheres após um ano e meio de curso, no caso da graduação. Além de todas essas

questões anteriormente levantadas, mulheres precisam lidar (e labutar) com uma sociedade onde gênero atravessa uma coletividade bivalente. Nancy Fraser (2006) aponta para tipos híbridos de coletividades, onde “características da classe explorada” se articulam com “características de sexualidade desprezada”. Nesse caso, as

[...] coletividades são “bivalentes” [...] diferenciadas como coletividades tanto em virtude da estrutura econômico-política quanto da estrutura cultural-valorativa da sociedade. Oprimidas ou subordinadas, portanto, sofrem injustiças que remontam simultaneamente à economia política e à cultura. Coletividades bivalentes, em suma, podem sofrer da má distribuição socioeconômica e da desconsideração cultural de forma que nenhuma dessas injustiças seja um efeito indireto da outra, mas ambas primárias e co-originais. Nesse caso, nem os remédios de redistribuição nem os de reconhecimento, por si sós, são suficientes. Coletividades bivalentes necessitam dos dois (FRASER, 2006, p. 233).

Nesse sentido, a compreensão das razões pelas quais as mulheres são mais impactadas com o advento de uma criança em suas vidas profissionais e formativas é bastante evidente. Se o gênero socialmente construído, por si só, já se caracteriza como uma coletividade bivalente por não compreender “somente uma diferenciação econômico-política, mas também uma diferenciação de valoração cultural” (FRASER, 2006), é evidente que toda rede disponível será para coletividades que apresentam maior valoração cultural e econômico-política. Para além da categoria de coletividade bivalente de Fraser, que evidencia a subalternização na existência de indivíduos que carregam determinados marcadores que, muitas vezes, estão sobrepostos, observamos que a vida social, econômica, política e familiar masculina conta com uma rede de apoio para que eles possam estar no mundo de forma mais fácil do que as mulheres.

1.2 APROXIMAÇÕES

Verão de 2016, e lá estava eu, novamente "caloura". Após dez longos anos longe dos bancos da universidade encontrava-me na primeira fase do curso de Antropologia. Só que agora acompanhada de uma criança com 7 anos. Não fazia ideia de como seria a rotina diária com trabalho e ambas estudando. Existiam em mim apenas duas certezas: a primeira era de que não seria fácil cursar e concluir o curso, a segunda era de que, dessa vez, eu iria até o fim.

Quando iniciei a graduação em Antropologia minha filha estava no segundo ano do Ensino Fundamental, no Colégio de Aplicação da UFSC. Por dois anos suas aulas foram no

mesmo turno que as minhas, o que facilitou muito nossas vidas. Chegávamos às 11:40h, saíamos às 18:50h, incluindo 1h total no deslocamento para ir e voltar da UFSC; nessa fase eram cerca de 7h diárias na instituição. Entretanto, a partir de 2018 as aulas dela passaram para o período matutino⁹, o que deixou nossa rotina bastante extenuante. Nos anos de 2018 e 2019 passávamos mais de 11h por dia na universidade. Costumávamos chegar antes das 7h e sair após às 18:30h. Considerando os 60 minutos no deslocamento de casa para a universidade e da universidade para casa, empenhava-mos cerca de 13h (todos os dias) às voltas com a UFSC. Das 11h restantes, dormíamos em média 8h, sobrando apenas 3h para outras atividades sem relação direta com a universidade. Ou seja, tempo livre no varejo e cansaço no atacado.

Ao chegar no curso de Antropologia, no início de 2016, foi uma felicidade que quase não cabia no peito. Estava muito feliz por iniciar a graduação em uma universidade federal - já que a Biologia foi em uma privada e ficou pelo caminho. Que maravilha retomar os estudos na mesma instituição onde minha filha estudava, pois isso deixaria a rotina um pouco mais prática. Primeiramente, isso nos daria acesso ao Restaurante Universitário (RU), à Biblioteca Universitária (BU) e a todo e qualquer espaço da UFSC. Quando as crianças estão institucionalizadas alguns constrangimentos são evitados. Como, por exemplo, o que aconteceu com uma mãe estudante indígena que ouviu, em 2015, de um trabalhador terceirizado da UFSC, na entrada do RU a seguinte frase: “você pode entrar, mas suas crianças não”. Ela não era de Santa Catarina e relatou que nunca havia sido tão desrespeitada. Em sua fala, questiona: “O que os trabalhadores querem dizer com isso? Será que esperam que eu entre e as crianças aguardem no gramado, sozinhas?”. Conheci ela em 2016, em meu primeiro ano de UFSC, e seu relato foi o primeiro que me despertou para as dificuldades que uma mulher mãe pode ter quando resolve também ser estudante. Como acompanhante de minha filha ao RU nunca fui barrada¹⁰. Mas as crianças de uma estudante da UFSC, sim.

Passada a euforia da aprovação, iniciou-se o processo de descobrir onde é que eu estava pisando. O primeiro impacto foi estar em uma sala de aula onde a idade média das pessoas era de 20 anos, nesse sentido o desafio foi geracional. O segundo foi ter de aprender a organizar meu tempo para conseguir estudar, trabalhar, criar uma filha sozinha, em uma

⁹ No CA-UFSC do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental I funcionam no período vespertino, das 13:30 h às 18:50 h, os 4º e 5º anos passam para o período matutino. Já o Ensino Fundamental II, 6º ao 9º ano, retornam para o período vespertino, por fim o Ensino Médio no período matutino.

¹⁰ Minha filha foi institucionalizada antes de mim na UFSC. Ela foi sorteada para iniciar o primeiro ano do ensino fundamental no Colégio de Aplicação da UFSC em 2015. Sendo que minha entrada no curso de Antropologia aconteceu somente em 2016.

cidade sem rede de apoio estabelecida, participar da vida escolar dela, cuidar da saúde mental e física de nós duas, além de ter um pouco de tempo para o lazer e ócio criativo. O “baque” do segundo impacto foi maior. Me vi impelida a reestruturar toda minha vida em torno da nova condição mãe solo e estudante universitária¹¹.

Estar entre colegas mais jovens me fez perceber o quão “desconectada” das tecnologias eu estava. Pude aprender com eles como lidar com as ferramentas e plataformas digitais de ensino/aprendizagem como moodle, plataformas para construção e apresentação de trabalhos, documentos compartilhados do *google docs*, *google drive*, entre uma série de aprendizados relacionados ao uso das tecnologias - mal sabia o quão útil seriam aqueles aprendizados a partir de 2020. Meus colegas permitiram-me observar como pessoas com 20 anos, em média, percebem a maternidade alheia. Quanto à reação de meus colegas de turma, com a presença da minha filha em sala, posso dizer que fui privilegiada em ter sido acolhida por eles e também pelos docentes. Isso pode ter acontecido por eu ser uma mulher fora do perfil acadêmico esperado. Mães estudantes mais jovens acabam por sofrer mais violências do que as mais velhas. Muitas das violências que chegam em forma de denúncia para o Coletivo, vem de mães com menos de 30 anos. Talvez isso se relacione com o que se espera como perfil de estudantes na graduação: de preferência jovens, sem filhos e com muito tempo para dedicação aos estudos e outras atividades acadêmicas.

Durante toda a graduação houve apenas uma professora que me desconcertou com comentários durante uma atividade. Senti como se ali não fosse meu lugar. Em 2018, ela falou em uma aula: “quando estava saindo para o doutorado, uma amiga da família me disse: evite duas coisas se você pretende seguir carreira acadêmica: maternidade e matrimônio”. Por alguns instantes questioneei meu lugar naquele espaço, isto é, se realmente deveria estar ali. Como ela pode dizer algo daquela natureza e naquele momento, onde parte da atividade consistia em gravar o áudio da aula para posterior transcrição?! Qual mensagem a professora pretendia passar (e deixar registrado em áudio) para as pessoas que estavam presentes na aula? Será que para ela a maternidade inviabiliza mulheres a alcançarem seus objetivos de formação e qualificação profissional? Talvez sua intenção tenha sido boa, no sentido de “aconselhar” os jovens estudantes, entretanto não podemos nos esquecer que, “de boas intenções, o inferno está cheio”. Para além das questões acima, o que chamou atenção no

¹¹ Retornei à graduação aos 33 anos, mãe solo de uma criança com 7 anos. Nesse sentido, não posso me dar ao luxo de não trabalhar - não sou herdeira nem vivo de renda - e antes da universidade eu já tinha uma vida profissional independente da Antropologia.

episódio foi ela falar aquilo com bastante naturalidade e sem nenhum constrangimento. Em certa medida, me senti desconfortável com o comentário, afinal, eu era a única estudante que levava a filha para a sala de aula.

Já o segundo (e maior) desafio consistia em como nos manter financeiramente. Considerando que minhas tardes estariam comprometidas com aulas, resultando em menos tempo para trabalhar, e que nos dois primeiros semestres não estive em nenhum programa de permanência da UFSC. De fato, a questão financeira foi uma grande dor de cabeça. Como dar conta das demandas estudantis, maternas e profissionais e ainda conciliar a vida escolar da criança sem comprometer nossos estudos? Foi uma fase de muitas renúncias e privações, afinal, não é fácil ser mulher, parda, periférica, mãe solo e estudante universitária no Brasil.

Certa vez, uma estudante do Centro de Educação/CED, matriculada no curso de Pedagogia, relatou que sua filha ficou sem aulas e isso a obrigou a levar a filha para a sala de aula. A professora foi a primeira a questionar a presença da criança, argumentando que aquele não era um local para crianças. Quanto a isso, as mães não discordam, entretanto, o que se pode fazer quando não existem alternativas? Já no Centro Sócio Econômico/CSE, uma professora pediu que a mãe deixasse seu filho (de 4 anos) fora da sala de aula, sozinho no corredor, porque dentro da sala a criança atrapalhava a concentração da professora e dos estudantes. Porém, sem rede, a mãe não tinha outra escolha a não ser levar a criança para sala de aula. Detalhe, a disciplina era noturna.

Partindo da realidade que conhecia, graduanda sem auxílio permanência e mãe solo, comecei a observar melhor meu entorno para saber se haviam mais mulheres em situação parecida com a minha. Não demorou muito para eu começar a vê-las pelo *Campus*. Elas estavam na Coordenadoria de Inclusão Digital (CoID)¹², Biblioteca Universitária (BU), no Bosque do CFH, pelos centros de ensino, lanchonetes, por todos os lados, sobretudo no Restaurante Universitário.

O RU é um lugar interessante. Nele é flagrante a presença de crianças na universidade. Além das crianças institucionalizadas no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) e no Colégio de Aplicação da UFSC (CA/UFSC), muitas mães-estudantes almoçam e/ou jantam com suas crianças (não institucionalizadas). No restaurante é possível acompanhar o crescimento das crianças que chegam à universidade na companhia de suas

¹² CoID é o espaço onde ficam os computadores que a universidade disponibiliza aos estudantes, são cerca de 180 máquinas. Essa coordenadoria pertence a SAAD, setor da UFSC responsável por fomentar, através de ações, o respeito à diversidade que existe em nossa sociedade, e consequentemente em nosso *Campus*.

mães; as famílias que se constituem em seus mais diversos arranjos; e as estudantes que engravidam durante suas trajetórias acadêmicas. Com 1300 assentos, mesas que acomodam até 16 pessoas e uma oferta de 10.000 refeições diárias em média, o restaurante universitário se converte no grande ponto de encontro de boa parte da comunidade acadêmica.

Nos horários de almoço e/ou jantar é possível observar mesas ocupadas apenas por crianças e/ou adolescentes que conversam, brincam e se alimentam juntas. Outras mesas são compostas por mães com suas crianças, onde as mães se aglomeram em um canto da mesa e as crianças ocupam o restante do espaço. Por fim temos aquelas mesas onde se encontram mães, crianças e demais estudantes. A forma de ocupação das mesas varia. Mesas onde os adultos são colegas de curso das mães, as crianças se sentem mais à vontade para sentar entre os adultos conhecidos. Já nas mesas onde as mães não conhecem os adultos que estão compartilhando a mesa, as crianças se sentam ao lado ou na frente de suas mães. Só o RU seria um campo extraordinário para estudar a presença de crianças no ambiente acadêmico, e o quanto a universidade não está preparada para recebê-las, mesmo possuindo uma creche (NDI) e um colégio (CA/UFSC), que juntos somam quase 1300 estudantes com idades que variam entre 04 meses à 17 anos¹³.

Com o tempo fui observando as diferenças entre mães estudantes e responsáveis que apenas acompanhavam as crianças que estudavam no NDI e/ou CA-UFSC. Existem também situações onde mãe e criança são institucionalizadas, como no meu caso. De todos os espaços existentes na universidade, o melhor deles para se observar a diferença entre mães estudantes e responsáveis por crianças institucionalizadas, é ele, mais uma vez, nosso querido RU. Nele mães estudantes tendem a se acomodar próximas umas às outras com todas as suas crianças, dessa forma conseguem interagir entre si e/ou com colegas de turma enquanto se alimentam. As crianças, por sua vez, após finalizarem suas refeições circulam entre as mesas na busca de interações com outras crianças e/ou adultos conhecidos. Já as pessoas responsáveis por crianças institucionalizadas tendem a sentar com suas crianças de maneira mais isolada, tendo como prática encerrar a refeição e sair do RU sem muita agitação. Crianças que convivem no ambiente universitário com suas mães, sentem-se mais à vontade nos espaços, diferente daquelas que apenas transitam de suas unidades básicas de ensino ao RU. Outra forma objetiva de saber se a criança é institucionalizada, ou não, é observar seu uniforme. Com exceção do NDI, todos alunos do CA/UFSC utilizam. A UFSC é uma das poucas

¹³ Dados verificados junto às direções das unidades de ensino, NDI e CA/UFSC.

Universidades Federais que mantêm, além da graduação e pós-graduação, unidades de Ensino Infantil, Fundamental e Médio. Seria impossível não vermos crianças circulando pelo *campus*, sejam elas institucionalizadas ou não¹⁴.

Retornar à universidade após anos afastada, aos 33 anos e com uma filha, me fez sentir um pouco deslocada. Entretanto, e apesar do deslocamento, o espaço do RU já era meu velho conhecido. O frequentei durante todo ano de 2015¹⁵. No primeiro ano de graduação, já familiarizada com o espaço físico da universidade, sentia a necessidade de me aproximar das mulheres que pareciam ter uma condição próxima a minha. Em todos os espaços por onde passava, no *campus*, meus olhos buscavam as crianças, geralmente perto delas estão as mães. Assim eu fiz por alguns meses. Eventualmente conversava com uma ou outra mãe estudante que encontrava pela universidade. Entretanto, aquelas interações pareciam não me bastar. A busca era por um grupo onde falamos sobre nossa condição de mães, os desafios implicados, como melhorar nossa situação na universidade, e sobretudo, compor uma rede de apoio. Após algumas conversas descobri que no *facebook* havia o grupo de Pais e Mães da UFSC¹⁶. Não demorou muito para entender que o *facebook* era o “ponto de encontro” destas mães e pais estudantes da UFSC - se considerarmos os horários de aula das mães, os horários de aula das crianças e a rotina das famílias, fica fácil entender porque aquelas pessoas decidiram ter como ponto de encontro o *facebook*.

O grupo reunia-se esporadicamente ante alguma demanda emergencial. Como por exemplo, a entrada das crianças no RU acompanhadas de suas mães, ou então, ajudar aquela que não conseguiu acessar determinado auxílio por questões cadastrais. Esse último em decorrência da falta de experiência com os editais, que tendem a ser de difícil compreensão¹⁷.

A mobilização do Movimento de Mães e Pais da UFSC, em reuniões específicas do Conselho Universitário (CUn), foi a maneira que o grupo encontrou de exercer pressão sobre a instituição. Encontravam-se em momentos específicos com ações pontuais para alcançar

¹⁴ O foco do trabalho são mães-estudantes que circulam no campus com seus filhos. Entretanto, o número observado de crianças nos espaços, considerando as crianças dos servidores técnicos e docentes, é expressivo. Aqui chamo atenção para a baixa presença de filhas(os) dos terceirizados, os quais vi poucas vezes acompanhados de suas crianças.

¹⁵ No final do ano de 2014 minha filha foi sorteada para iniciar, em 2015, o primeiro ano do ensino fundamental no CA/UFSC. Quando iniciei a graduação, em 2016, portanto, eu já conhecia o *campus* da UFSC.

¹⁶ No *facebook*, o nome da página era Pais e Mães da UFSC, mas com o passar dos anos os administradores se formaram e levaram consigo as credenciais de acesso à página. Dessa forma, após não conseguirem mais o acesso, o grupo começou a se intitular Movimento de Mães e Pais da UFSC, em todo ato que promoveu, até o momento em que se tornou Coletivo MãEstudantes/UFSC. A partir daqui usarei a designação Movimento de Mães e Pais da UFSC quando me referir ao grupo que antecedeu o Coletivo MãEstudantes/UFSC.

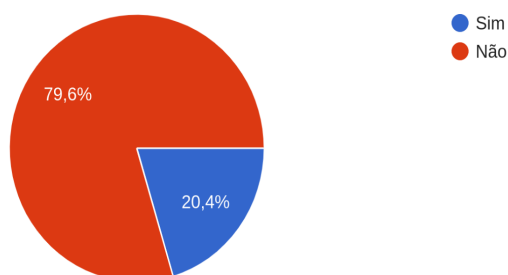
¹⁷ Ver <https://prae.ufsc.br/editais-por-programa/>.

seus objetivos. Certa vez, uma estudante de enfermagem foi impedida de entrar na CoID com sua criança, ouvindo da terceirizada (sim, uma mulher), que controlava o acesso dos estudantes ao espaço, a seguinte frase: “se eu deixar entrar uma criança, daqui a pouco vão querer entrar até com cachorro”¹⁸. Após o humilhante episódio ocorrido no setor, a estudante se articulou com outras mães, mais alguns colegas sem filhos do seu curso, e fizeram um ato na porta da CoID. Resultado? Alguns meses depois o setor criou o “Espaço Família”¹⁹.

No decorrer do segundo ano fui me aproximando de outras estudantes com filhos. A rede de apoio viabilizada pelo Movimento de Mães e Pais da UFSC, consistia em um importante ponto de apoio que refletia na permanência dessas mulheres. Se considerarmos que muitas delas vêm de outros municípios, estados ou países, e que, sem rede de apoio estabelecida na cidade fica mais complicado se organizar com uma criança, faz sentido se aproximar de quem está em uma condição parecida. O grupo foi o lugar onde as redes se estabeleceram. Sendo construídas dentro do Movimento ajudaram muitas delas a permanecer e concluir seus cursos. Além das pessoas que chegam para estudar com os filhos, tem aquelas que engravidam no decorrer da graduação e/ou pós-graduação, ou que adotam uma criança, e que sem rede de apoio, a conclusão do curso se torna mais desafiadora. Mas o desafio da falta de rede de apoio é uma constante na vida das mães estudantes.

Gráfico 2 - Dados referente a naturalidade das mães estudantes da UFSC.

Você é natural da cidade onde está matriculada?
255 respostas



Fonte: Formulário Sociodemográfico das Mães Estudantes da UFSC - 2021/2 (Inédito).

¹⁸ Conheço as duas envolvidas na situação, a mãe e a controladora de acesso, mas opto em não expor nenhuma delas. A estudante eu conheço pela militância, e a terceirizada porque trabalhei dois anos na CoID.

¹⁹ Espaço criado para atender pessoas com crianças, onde é possível encontrar brinquedos, livros, quebra-cabeças e livros de colorir para que as crianças se ocupem enquanto a/o estudante utiliza os computadores.

Já que rede de apoio é uma dificuldade e o Estado não assume seu papel, foi preciso criar voz ante ao Movimento Estudantil e Reitoria para que, dessa forma, houvesse a possibilidade da universidade participar (de alguma maneira) dessa rede. Sabíamos que, organizadas coletivamente, teríamos maiores possibilidades de ter nossa demanda ouvida, e de preferência atendida. Certa vez, uma estudante mãe, do Serviço Social, relatou que estava “difícil conseguir ser ouvida pelo movimento estudantil [...] a última reunião falaram que nossas demandas são muito específicas e que precisamos nos organizar coletivamente para sermos ouvidas”. Seu relato me colocou a seguinte pergunta: será que antes de “nós” não haviam mulheres com filhos matriculadas nas universidades federais brasileiras? Claro que sim, e já falei sobre isso anteriormente. Então, porquê o mínimo acolhimento de demandas só acontece quando a instituição é pressionada? Essa pergunta foi respondida pelo então Chefe de Gabinete, o professor Áureo de Moraes. Ele disse que “75% das ações da universidade são em resposta às demandas e os 25% restantes são iniciativas da instituição”. Será que a universidade só funciona assim mesmo, na pressão? Talvez, sim. Nesse ponto eu já estava bastante envolvida com o grupo - e como não me envolver, se minhas dores, alegrias e demandas eram bem próximas às daquelas mulheres?!

Na medida em que essas mães-estudantes foram se aproximando e se reconhecendo em suas demandas, um grupo de 5 mulheres (sendo eu uma delas) decidiu se organizar e construir o Coletivo MãEstudantes/UFSC. Com o ato organizado na sexta-feira anterior ao domingo do dia das mães do ano de 2017, o grupo teve a intenção de mostrar à toda comunidade acadêmica que essas mulheres e suas crianças existiam, e que tinham o mesmo direito de ocupar o *campus* e participar de eventos acadêmicos (seminários, congressos, palestras, mesas etc), com qualidade e igualdade de acesso, assim como seus colegas sem filhos. Mas algo curioso aconteceu nesse dia. Ao chegarmos para organizar o ato no *hall* da Reitoria, os celulares foram postos para carregar nas tomadas do piso térreo. Na chegada, todas as tomadas funcionavam, entretanto, quando chegou a hora marcada para iniciar o ato, misteriosamente, todas as tomadas do *hall* deixaram de funcionar. Foi daí que surgiu o impulso para construção do Coletivo MãEstudantes/UFSC. E, no dia 13 de maio de 2017, após o ato na Reitoria, foi oficialmente criado o Coletivo MãEstudantes/UFSC.

Continuar trabalhando nas questões emergenciais deixou de ser a única preocupação do grupo, pois agora existiam questões maiores a serem resolvidas. Para além de suas demandas pontuais e específicas, se fazia necessário estabelecer relações e aproximações

efetivas com o movimento estudantil e Reitoria. Tendo como objetivo políticas maternas mais efetivas da instituição em relação às mães estudantes.

No decorrer dos meses que seguiram à criação do Coletivo, três das cinco fundadoras assumiram, ativamente, as articulações que aconteceram posteriormente. Não existia nenhuma informação sobre o número de mães matriculadas na UFSC. Foi aí que o grupo decidiu se articular com todos os Centros de Ensino da universidade, com objetivo de levantar o número de mães que estavam matriculadas na instituição. Inicialmente, os e-mails saíam de contas pessoais, algumas semanas depois o grupo se reuniu e decidiu criar uma identidade visual, e-mail e um perfil no *facebook*. Dessa forma tínhamos um canal direto de comunicação com as mães estudantes da UFSC. Após a identidade criada, foram enviados e-mails para todas as direções de centro solicitando ajuda no levantamento do número de mães estudantes que existia em cada centro. Aqui a primeira frustração coletiva. Apenas 3 cursos retornaram o e-mail, Fonoaudiologia, Enfermagem e Biologia.

Em paralelo às articulações com os centros de ensino, nos aproximamos da Reitoria para levar sugestões de como a instituição poderia ajudar a resolver nossas demandas. O primeiro Centro de Ensino a apoiar o Coletivo foi o CFH, seguido do CED, que depois recuou. Contávamos também com o apoio de docentes do Centro de Ciências Biológicas (CCB) e do Centro Tecnológico (CTC).

Com o apoio dos centros de ensino e professores, foi encaminhado à Reitoria uma proposta de projeto para criação de um espaço de Contraturno, destinado a acolher as crianças, filhas e filhos das mães estudantes da UFSC, no período em que suas mães estivessem em aula. Após quase um ano de criação e de muitas articulações, em abril de 2018, houve uma reunião importante para o Coletivo. Entre os presentes estavam representantes do Coletivo MãEstudantes/UFSC, Reitoria, Diretora do CFH, Diretor do CED, Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD)²⁰, Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e PRAE. Na reunião, as partes chegaram ao consenso de que deveria ser dada mais atenção às questões que envolviam as mães estudantes, seus direitos e permanência, que pudessem atravessar e concluir seus cursos de graduação ou pós-graduação, sem que fossem excluídas e/ou violentadas pelo fato de além de estudantes, serem também mães. Além da questão da permanência estudantil, as partes interessadas (Coletivo e UFSC) trouxeram a relevância e inovação da proposta com relação à visibilidade que o projeto traria para a universidade.

²⁰ Em 2022 reestruturada como pró-reitoria, a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAF).

Estávamos diante de uma proposta que reunia os três eixos do ensino superior brasileiro: pesquisa, ensino e extensão. Ao considerar a Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 207, onde versa que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, o espaço do Contraturno parecia uma opção bastante viável.

Logo na sequência dessa reunião, em maio de 2018, houve a publicação da portaria nº 1004/2018/GR em que a Reitoria nomeava o grupo de trabalho para elaborar uma política para a permanência materna na UFSC. A comissão foi assim formada: PRAE, PROGRAD, PROPG, PROEX, representantes da SAAD, da SEPLAN, do CFH, do CED (sendo uma do NDI e outra do departamento de Metodologia de Ensino (MEN)), do Coletivo MãEstudantes/UFSC e do Instituto de Estudos de Gênero. As pessoas nomeadas na portaria, como representantes do Coletivo MãEstudantes/UFSC, solicitaram à presidência da comissão a inclusão de representantes das mães estudantes quilombolas, indígenas e da pós-graduação. O argumento foi que já era bastante complexo dar conta de realidades tão diversas que existem no grupo de mães estudantes urbanas, imagina alcançar as demandas de grupos específicos como quilombolas e indígenas, e, por esse motivo, a presença delas seria indispensável.

1.3 INQUIETAÇÕES

Os encontros do Coletivo somados às leituras realizadas trouxeram alguns entendimentos, mas sobretudo, muitas perguntas acerca das interações e articulação entre a universidade e o grupo invisibilizado das mães estudantes. Minhas leituras iniciais me levaram ao *Parent in Science*. Fiquei bastante animada em descobri-los. Entretanto, o grupo que se dispunha a discutir parentalidade e ciência nas universidades esqueceu, justamente, de pensar sobre a base dessa pirâmide, a saber, as mães estudantes da graduação. Talvez por se tratar de um projeto que envolve docentes e pesquisadoras(es) fez com que, na época de sua criação, a graduação ficasse em segundo plano. Curioso é pensar que, um grupo de intelectuais e professores esqueceu que para se tornar discente ou pesquisador(a), as

estudantes com filhas(os), ou aqueles que os tem ao longo da trajetória acadêmica, precisam inicialmente ter acesso, permanecer e/para, então, concluir suas graduações²¹.

Partindo do que conhecia sobre o *Parent in Science*, e o olhar do grupo para a graduação, foi que alguns questionamentos começaram a emergir. Como esse grupo de docentes que, em algum momento passou pela graduação, não se moveu para articular uma política pública no sentido de garantir a permanência de mães na graduação?! Entendo a importância da criação de políticas públicas para pós-graduação, porém, se a mulher não concluir a graduação ela jamais chegará na pós-graduação e eventualmente à docência. Considerando a projeção nacional e articulações internacionais do movimento, não entendia porque iniciaram as ações de “cima para baixo”. Tenho consciência do “apagão” nos currículos de docentes mães e suas consequências. Mesmo assim, achava que o movimento deveria inverter as prioridades, do contrário, estaria pensando apenas em autopromoção.

O lugar de pesquisadora, mãe-estudante, membro do Coletivo MãEstudantes/UFSC, e representante do mesmo na comissão, foi desafiador para a escrita do trabalho. Sobretudo por se tratar de um tema no qual estou envolvida “até o pescoço”. Toda essa sobreposição de papéis me deixou, inicialmente, um pouco insegura para realizar a pesquisa. Diferente de muitos colegas, que se deslocam para outros lugares, tomando distância de seus cotidianos a fim de realizar suas pesquisas, eu acabei por mergulhar de cabeça no meu. Estar presente desde o início, na construção do Coletivo MãEstudantes/UFSC, possibilitou maior proximidade, envolvimento e acúmulo sobre o tema ao longo dos anos. O que às vezes pode complexificar um pouco mais o processo de pesquisa e escrita. A decisão sobre o que deveria ser destacado dessa realidade tão complexa das mães estudantes da UFSC, o que entrar ou não no meu texto foi um dos maiores desafios, sobretudo porque, na minha perspectiva - de antropóloga iniciante - tudo era importante. Após tanto tempo em campo e tão envolvida com o “objeto” de pesquisa, temos muito material, informações, memórias e impressões a serem analisadas, compreendidas. Contudo, como ensina Favret-Saada

[...] em geral os autores ignoram ou negam seu lugar na experiência humana. Quando o reconhecem, ou é para demonstrar que os afetos são o mero produto de uma construção cultural, e que não tem nenhuma consistência fora dessa construção [...] ou é para votar o afeto ao desaparecimento, atribuindo-lhe como único destino possível o de passar para o registro da representação. (SAAD, 2015, p. 155).

²¹ Atualmente o *Parent in Science* tem embaixadoras docentes em diferentes universidades federais, e após 2020 o grupo passou a se atentar às necessidades de permanência também na graduação. Anteriormente o foco eram estudantes da pós-graduação.

No caso, fica difícil desconsiderar a (minha) experiência humana, e todas suas interseccionalidades, para o processo de compreensão da trajetória do Coletivo MãEstudantes. Experiências não são dadas, elas se criam a partir da articulação entre narrativas e memórias. Nesse sentido, segundo Michel Foucault (2004), a experiência “é sempre uma ficção”, no sentido de que algo que não existia antes, depois dela, passa a existir. Na minha primeira graduação, não havia vivenciado a universidade com uma criança, o que me deu uma experiência completamente diferente do segundo momento, em que retornei à universidade já mais velha e com uma criança, para cursar Antropologia. Além disso, iniciei um curso que me ensinava a realidade em que vivemos, seja ela mais ou menos distantes da nossa. Certamente, cursar Antropologia fez com que eu “estranhasse” minha própria realidade e a das demais mães estudantes da UFSC. O meu olhar para o mundo foi transformado pela antropologia, definitivamente. O momento na minha vida em que estou na universidade também altera essa percepção. No primeiro, eu tinha 19 anos e queria vivenciar intensamente a universidade e desfrutar de todas as experiências que pudesse ter naquele ambiente. Já no segundo, retornei com uma filha e sendo a única responsável por ela, além do que 15 anos separavam o início de uma e de outra graduação. A construção de experiências passa certamente por memórias, narrativas, discursos, relações de poder, sexualidade, sujeitos, etc. Nesse sentido, quanto mais interações existem, mais possibilidades de experiências o indivíduo terá. Contudo a

[...] experiência não é determinada por nenhuma essência, nem por nenhum destino. Tudo o que faz possível a experiência, faz possível também a existência [...] experiência é construção dupla, a de histórias pelos sujeitos e a de sujeitos nas suas histórias. (ANJOS, 2013, p. 91)

Muitas informações que permeiam estas linhas são o resultado da experiência do “estar dentro”, e isso gera certa angústia em relação à receptividade da pesquisa, tamanho é o envolvimento. Porém, ter vivido a universidade em dois momentos diferentes da minha vida, sem criança e com criança, me permitiu um olhar mais alargado acerca do ambiente acadêmico. Sabe aquela dicotomia entre “nós” e o “outro”, nesse sentido, eu também já fui o “outro” do presente “nós”. Isso me ajudou a perceber mais rápido determinados movimentos como, por exemplo, a falta de empatia dos colegas sem filhos com as mães estudantes. Nesse caso, tenho algumas hipóteses. Talvez o/a estudante recém saído da casa de seus pais

mantenha ainda um comportamento juvenil em relação à vida; outros jamais conviveram com crianças de forma cotidiana, o que faz com que ignorem questões relacionadas à maternidade e a crianças e, por último, simplesmente não gostam de crianças. Estudantes mais empáticos à causa das mães estudantes, geralmente, são adultos que quando criança acompanharam suas mães na universidade e tiveram essa experiência construída junto a suas progenitoras. Mais uma vez, vemos que é a experiência do sujeito que orienta e define o nosso olhar para com as coisas do mundo.

Entretanto, o que me interessa aqui não é entender porque jovens acadêmicos não são empáticos com mães estudantes que, provavelmente, na sua perspectiva, nem fazem parte dessa realidade, mas, sim, como aconteceram os processos que viabilizaram as transformações relacionadas à presença de mães estudantes nas universidades e como essa realidade pode ser alterada a partir dessas mudanças.

Existem algumas atividades como participação em congressos, simpósios e demais eventos acadêmicos, que são pensadas desconsiderando o fato de que muitos estudantes, e também docentes, têm filhos. Embora a maioria dos eventos desconsiderem essa variável, nos últimos anos vimos alguma transformação quando, no ato da inscrição, há questões sobre se o participante estará acompanhado de criança durante o evento. Isso sugere que está ocorrendo uma transformação neste meio e, suspeito, que se deve à presença e atuação das mães para que esta sua condição seja reconhecida. Claro que somente este reconhecimento de sua existência não resolve o problema, até porque ainda são tímidos esses movimentos em eventos acadêmicos. Mas o que me interessa nesse momento é tentar saber como essas ações são trazidas à luz nas diferentes preocupações das universidades.

Na medida em que se avança nas discussões sobre a presença de mães estudantes no âmbito das Universidades Federais, vemos que outros marcadores sociais da diferença (gênero, raça, idade, classe social, orientação sexual, deficiência, naturalidade) são importantes de serem consideradas para que se possa compreender essa realidade, inclusive o tipo de violência a que essas mulheres estão expostas, dentro da própria instituição. Essa é uma questão que me ocupou bastante durante o tempo da pesquisa: a interseccionalidade, uma vez que em se tratando de mulheres, as violências acontecem, em qualquer lugar por onde quer que esses corpos transitem, dentro ou fora da universidade.

Como ficar indiferente diante de relatos que falam sobre o preterimento dessas mulheres - mães estudantes - nos trabalhos acadêmicos em grupo, por exemplo? Em uma

conversa com uma mãe estudante do CTC, ouvi que colegas de turma não realizavam atividades em grupo com ela em razão dela ter filhos, pois supunham que ela não teria tempo de se reunir. De fato, ter filhos demanda bastante tempo e faz com que a rotina da mãe seja bastante acelerada, porém, quem define se tem tempo ou não é a estudante mãe, não seus colegas. É como se os colegas dissessem “você não consegue, esse lugar não é para você”. Mas por que a universidade não seria um espaço para estudantes mães?

Outra questão levantada nos relatos foi a de que, quanto mais jovem a mulher se torna mãe, menos respeitada será sua maternidade. Sobretudo por pessoas que estão ocupando determinados espaços de poder, como professores e médicos²², por exemplo. Isso faz pensar que, para nossa sociedade, mulheres estariam sempre erradas, seja qual for a “escolha” que façam: ser ou não ser mãe; se tornar mãe na adolescência ou após os 40; se é mãe solo ou não. Independentemente da idade em que uma mulher se torna mãe, ela será julgada. Nossa sociedade se sente no direito de julgá-la ao invés de respeitar suas escolhas. Na maioria dos casos, a escolha de se tornar mãe não é necessariamente uma escolha real, uma vez que o aborto no Brasil não é legalizado e muitas mulheres são levadas a gestar uma criança compulsoriamente.

Quando se institui políticas de acesso e permanência na Universidade é esperado que não se perca de vista a diversidade que virá com elas. A presença de pessoas negras, indígenas, de diferentes gerações, periféricas, com filhos, deficientes, LGBTQIA+ e toda diversidade existente na sociedade irá se expressar no conjunto de estudantes e pessoal da universidade. Nesse sentido, a instituição precisa criar estratégias, ações e estruturas para receber essas pessoas, suas especificidades e demandas. Me pergunto sobre a saúde mental dessas pessoas ao acessar a universidade, sem poder contar com estruturas que buscam diminuir as desigualdades e que viabilizaram as pessoas vivenciarem a integralidade do universo acadêmico e, principalmente, com bom aproveitamento das atividades ali desenvolvidas.

No decorrer do processo de escrita (que durou mais que o previsto) fui acompanhada de questionamentos relacionados aos papéis que ocupo na pesquisa, se realmente havia feito a escolha adequada ao optar em pesquisar um tema no qual estou tão envolvida. Alguns colegas e professores me desencorajaram. Falaram que o que estava propondo não era pesquisa, pois as questões abordadas faziam parte de minha realidade e uma pesquisadora precisa tomar

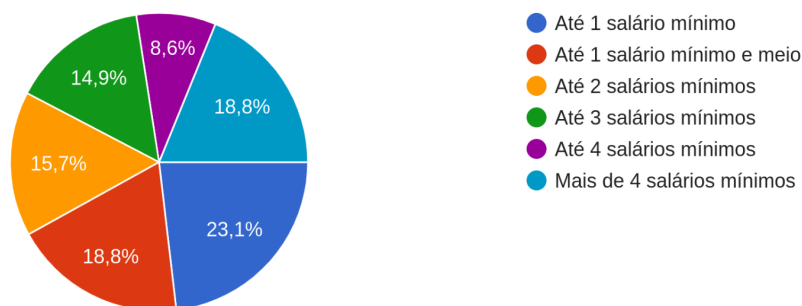
²² Ver em www.arca.fiocruz.br/handle/icict/2781.

distância do seu campo e de seus “objetos” de pesquisa. Me perguntava, incessantemente, como me distanciar de minha própria realidade. Independente do apoio que recebi (ou não), em relação à pesquisa, estou ciente das críticas que eventualmente possam ser feitas em relação a esta questão. Mas como ser antropóloga se não souber lidar com elas, não é?!

Quando sabemos que mulheres são maioria nas universidades desde a década de 1990 se torna, por consequência, inegável a presença de maternidades no ambiente acadêmico. Seja por mulheres que acessam a universidade já com filhos, ou as que os têm no decorrer de suas trajetórias acadêmicas. Nesse sentido, seria lógico que as mulheres não fossem prejudicadas e/ou penalizadas (não apenas) academicamente por escolherem (ou não) serem mães. Entretanto, a realidade se mostra de forma diferente. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2018), mulheres apresentam melhor desempenho em relação à educação e longevidade, mas ao olhar para a renda o resultado é 42,7% menor. Mesmo chegando na frente em relação à escolaridade e expectativa de vida, mulheres chegam atrás quando se trata de proventos. De acordo com Vega (2019) *apud* MATEO (2000) “não se trata de ver que as mulheres são pobres (ou mais pobres do que os homens), mas que a pobreza é condicionada pelo gênero e esse condicionamento está na base da dinâmica social e familiar brasileira que expõe as mulheres a situações de clara desvantagem” (p. 182). Podemos observar nos resultados do formulário produzido pelo Coletivo MãEstudantes, que a maioria delas não chega a receber três salários mínimos.

Gráfico 3 - Renda Familiar

Qual sua renda familiar?
255 respostas



Fonte: Formulário Sociodemográfico das Mães Estudantes da UFSC - 2021/2 (Inédito).

O gráfico aponta que 57,6% das mães estudantes da UFSC vivem com rendimentos de até dois salários mínimos e, destaque-se, em uma cidade que apresenta a segunda cesta básica mais cara do país (DIEESE, 2022). Nesse sentido, me pergunto: como conseguir apresentar bons rendimentos acadêmicos quando a sobrevivência mais elementar está ameaçada? Como manter a saúde mental e o ritmo acelerado da vida acadêmica quando se está em uma situação de vulnerabilidade? Como, através do fomento à educação, interromper o ciclo de pobreza que existe nos lares chefiados por mulheres? Quais caminhos devemos tomar para que o Estado combata, efetivamente, a pobreza que acomete a população feminina? Qual o papel da universidade para melhoria das condições das mães estudantes no espaço acadêmico?

Sabemos que parte das respostas passam pela criação, implementação e manutenção de políticas públicas. Não há dúvidas que as ações afirmativas chegam como uma ferramenta importante para diminuição da desigualdade no ambiente acadêmico. Mas se faz necessário que as políticas associadas a elas consigam alcançar as mães estudantes que hoje não estão em pé de igualdade com seus pares sem filhos. Um exemplo que ajuda a ilustrar essa questão é o entendimento dos sistemas da UFSC do que seria uma família.

No edital para o auxílio à moradia estudantil, estudantes que preenchem o cadastro indicando que moram com seus filhos são lidos como família. Até aí tudo bem, pois nesses casos estamos falando de famílias monoparentais chefiadas por mulheres. O problema está em como o sistema interpreta essa situação: quando a estudante preenche o formulário referente à composição familiar e indica apenas seu(s) filho(s) como membro(s) da família o sistema digital, onde essas informações são inseridas, interpreta que a discente vive com sua família ascendente desconsiderando a existência da monoparentalidade da instituição familiar. Isso resulta em um número expressivo de mães estudantes que não recebem o auxílio por um erro na estrutura do sistema. Um ponto interessante a ser levantado é o fato da UFSC não oferecer moradia familiar. Ela oferece apenas a moradia estudantil, onde pessoas com filhos não podem solicitar o benefício e, caso a estudante engravide residindo na moradia estudantil, será convidada a se retirar. Mesmo que, na resolução 006/CUn/2003, nada conste em relação ao acesso e permanência de mães-estudantes na moradia estudantil, a assistência social da PRAE não permite que as discentes com filhos acessem as vagas da moradia. Segundo a PRAE, o setor, juntamente com o Conselho de Moradia, tomou a decisão por entender que não podem se responsabilizar caso, eventualmente, aconteça algum acidente ou violência com a(s)

criança(s). Eles também alegam que a moradia estudantil não é um local adequado para crianças. Uma pergunta possível em relação ao sistema da PRAE é: será que quem definiu os termos do sistema imaginou o caso de estudantes mulheres, mães como as únicas responsáveis pelos filhos, ou que uma família também pode ser composta por apenas um dos progenitores (que na maioria dos casos é a mãe) e a(s) criança(s).

Outro critério da PRAE que não favorece integralmente as mães estudantes é o auxílio creche, que atende apenas estudantes responsáveis por crianças com idade de até cinco anos e onze meses. Aqui surge mais uma pergunta: as pessoas que conceberam esse auxílio não previram a situação de mães com crianças em idade superior a esta? Aqui se coloca uma possibilidade: que os programas de permanência estudantil consigam prever casos mais variados e, a fim de diminuir suas taxas de evasão, criem espaços para receber no contraturno os filhos e filhas enquanto estas estudantes estão em sala de aula.

“Curioso notar que, dentre as diversas ações listadas no documento normativo das políticas de inclusão social da universidade, aquelas focadas em gênero, como é o caso da creche, continuam no patamar das ações de assistência estudantil. Elas aparecem como ação facilitadora da permanência dos estudantes, mas não é referenciada como estratégia que inclui e reconhece as mulheres como grupo social em desvantagem de permanência ou desempenho, quando na condição de mães, aspecto este fundamental para inclusão em pautas reivindicatórias voltadas para o conjunto da população universitária feminina.” (Urpia, 2009, p.36).

Considerando que as políticas de assistência estudantil, que sobrevivem a duras penas, além de insuficientes não alcançam, de forma eficaz, as mães estudantes, a reivindicação do Coletivo por uma política voltada à permanência materna vai ao encontro das ações que visam a diminuir as desigualdades sociais entre mães estudantes e demais estudantes sem filhos.

Uma das motivações iniciais para a pesquisa está relacionada aos questionamentos acerca do tempo que a universidade levou para reconhecer a presença de mães estudantes em seus corredores. Ao ignorar por tanto tempo a existência desse grupo, a instituição comunica que mães estudantes não estão no campo de visão da universidade. Do contrário, a UFSC teria tomado a iniciativa de nomear a comissão para elaborar a política de permanência materna sem que para isso houvesse pressão do Coletivo. Se realmente houvesse interesse em resolver

essa questão, seriam criadas campanhas massivas de informação acerca do direito da criança ao aleitamento materno, o que foi acontecer somente em 2022, com as tímidas ações da sala de apoio ao aleitamento materno. Mas além das orientações aos docentes, em relação ao aleitamento materno, eles também precisam ser (in)formados acerca das implicações legais de uma mãe (ou pai) deixar um menor de 12 anos sozinho em casa. O que constitui crime de abandono de incapaz, e pode resultar em consequências irreparáveis para a família.

Outro aspecto nas relações de poder que se estabelecem entre docentes e discentes diz respeito à autoridade. Algumas estudantes mães sentem-se inseguras em defender suas posições em sala de aula, mesmo que estejam corretas e/ou amparadas legalmente. A autoridade docente, somada à quase inexistente adesão dos colegas, que tendem a se posicionar de maneira parecida ao professor, faz com que muitas delas se calem e adoeçam silenciosamente. Talvez pensem que é melhor suportar caladas os anos de graduação e/ou pós-graduação, por entender como uma fase passageira. Porém não trazer essas violências à tona, bem como negligenciar que mulheres mães chefes de família são a população mais empobrecida da sociedade, não favorece a transformação que tanto ansiamos em ver não apenas nas universidades. E, indiscutivelmente, a ferramenta que pode nos levar às tão almejadas transformações é a criação de uma política para permanência materna.

Apesar dos aspectos da vida social, das construções sociais acerca do ser mãe estarem passando por mudanças, existem questões que estão tão arraigadas na sociedade, que atravancam as transformações. A ideia de que mulheres nascem naturalmente aptas aos cuidados com filhos e com o lar, acaba por ser reforçada por muitas das mulheres, que lá no seu íntimo, de alguma forma, ainda acreditam e reforçam essa ideia. Sobretudo quando romantizam a maternidade. Como lidar com algo tão forte e maior do que nós mesmas? Eu não sei, e por esse motivo foi que decidi realizar essa pesquisa, para que por meio dela consiga encontrar algumas respostas.

CAPÍTULO 2

Neste capítulo reflito acerca da maternidade como fato social. Mais especificamente, busco entender como as regras sociais sobre maternidade orientam os entendimentos e as ações da comunidade acadêmica em relação à maternidade das estudantes. Por fim, reflito sobre a importância das políticas de ações afirmativas e sua incidência, ou não, sobre a

situação das mães estudantes, como peça fundamental para que estas mulheres possam, também, acessar à universidade, nela permanecer, e com qualidade, concluir suas trajetórias acadêmicas. Em assim fazendo, quis também tomar parte no processo de reconhecimento da especificada situação e das demandas dessas estudantes e da construção de políticas acadêmicas institucionais voltadas para essas mulheres que são ao mesmo tempo mães e estudantes.

2.1 MÃE(S) COMO FATO SOCIAL

“É fato social toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; [...] é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações pessoais que possa ter.”(DURKHEIM, p. 11, 1977).

Qualquer que seja a sociedade, sempre existirá um conjunto de regras morais, sociais, econômicas e/ou religiosas, que são a expressão dos “fatos sociais” gerais que regem as ações referente aos papéis sociais que cada indivíduo ou instituição representa. Isso orienta, em parte, a ação das pessoas, sempre em conexão com o que é da ordem do desejo e vontade individuais, estes também fortemente marcados pela cultura. As “regras sociais”, segundo Émile Durkheim (1977), são anteriores ao indivíduo e transferidas a eles através da educação familiar, social e institucional, a partir de sucessivas ações que provocam sua internalização e orientam suas ações. Seja qual for o arranjo familiar, independente de sua forma cultural, quase sempre a primeira socialização dos indivíduos é na família. É aqui que o indivíduo começa ter uma vaga noção - sem consciência - das três principais coisas que constituem um fato social. Na família a criança aprende, desde muito cedo, o que é ou não aceito em termos de estar no mundo social. Essa força da família na constituição dos sujeitos definirá, inicialmente, seus hábitos, crenças, preferências, medos, etc. É, primeiramente, na família que o sujeito se faz ser social, é nela que o processo de socialização tem início, sendo modificado posteriormente, a partir do momento em que as interações sociais se complexificam.

Em relação à maternidade não é diferente. Quando as mulheres escolhem não serem mães, elas vão contra regras sociais estabelecidas, sobretudo quando tratamos das sociedades ocidentais. Nesse caso, ainda é muito presente, nas sociedades ocidentais, a crença que as mulheres seriam “naturalmente” feitas para serem mães, que teriam “aptidões naturais” e um instinto materno para executar com maestria os cuidados e a criação de crianças. Não

podemos aqui nem mesmo falar de papel social - sabidamente um construto social/cultural - uma vez que tal concepção se baseia em ideias que tomam a maternidade como algo a ser desempenhado pelas mulheres, naturalmente. Ou, em outras palavras, já que são elas que podem gerar crianças, isso seria indício de que a elas também caberia criar e cuidar das crianças, pois isto estaria inscrito em sua natureza. Negar a maternidade, desse ponto de vista, aparece como sendo uma posição contrária à “natureza” das mulheres. É como se as mulheres não pudessem decidir se querem ou não ter filhos, uma vez que sua natureza possibilita que gerem crianças. Em termos gerais, existe uma ideia, muito difundida no Brasil, que uma mulher só é “mulher de verdade” quando tem filhos. E quando uma mulher decide não ter filhos, ou decide tê-los mas sem que haja a presença constante de um homem na criação, é como se houvesse alguma afronta às regras naturais e sociais, respectivamente. Regras essas que determinam como deve ser desempenhado o papel social das mulheres, ou seja, o que a sociedade espera dela em relação a seu comportamento e suas escolhas.

Após a concretização daquilo que é socialmente esperado para as mulheres, essencialmente matrimônio e geração de crianças, aos olhos da sociedade é que elas “começariam a viver”. É isso que, em última instância, se espera delas: casar, constituir uma família formada por um homem, uma mulher e os descendentes deles e gerar crianças. Nesse sentido, parece razoável que a sociedade romantize a maternidade, afinal mulheres já nasceriam sabendo como funcionaria a maternidade e, por esse motivo, seu lugar não seria na esfera pública, mas sim na esfera privada (doméstica) cuidando da prole, do lar e fazendo aquilo que é socialmente esperado dela: seguir a sua natureza, a saber, procriar e se ocupar das crianças.

De acordo com Patias & Buaes (2012) *apud* KEHL (2008), o

"[...] padrão de feminilidade, existente até hoje, deriva do nascimento da família moderna, burguesa, nuclear, que caracterizou a criação de uma representação feminina que adequou a mulher à esfera privada. A partir de atributos biológicos – possibilidade procriadora do corpo feminino -, à mulher coube o destino materno, definido como o único lugar social. Para que isso pudesse ser possível, esperava-se que elas ostentassem virtudes próprias da feminilidade, como o recato, a docilidade, a passividade em relação aos desejos e necessidades dos homens e dos filhos.”(p. 301).

Embora a dicotomia entre mulher (natureza, privado, casa) e homem (cultura, público, rua) insista em preconizar o lugar das mulheres como grupo subalternizado, observa-se o espaço público sendo ocupado cada vez mais por elas, sobretudo ao longo do último século até os dias atuais. As “virtudes femininas” como recato, docilidade e passividade, vistas outrora como ideais, hoje após muitas lutas, foram alteradas. Nesse sentido, os feminismos dos séculos XX e XXI proporcionaram “à sociedade moderna a compreensão que as mulheres não mais poderiam ser um grupo oprimido, sendo vítimas e sofrendo as consequências de pertencer a uma sociedade secularmente repressora, preconceituosa e discriminatória” (SILVA, 2010. p. 559). Porém, as mudanças no discurso não são suficientes para mudar o fato da subalternização das mulheres que também se expressa na sua responsabilização pelo cuidado do espaço doméstico, da educação e dos cuidados com os filhos. Segundo o Caderno do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2016), as mulheres chegam a ter jornadas de trabalho doméstico três vezes superiores às dos homens, e se existem filhos, essa diferença pode ser ainda maior. É unânime a ideia de que a construção da família, seja qual for sua configuração, passa pelo matrimônio e pela parentalidade. Nesse sentido, é possível indagarmos: quais as razões de uma cobrança e desvalorização maior das atividades desenvolvidas pelas mulheres, mesmo elas sendo a maioria, dentro e fora das universidades, e com maior grau de escolaridade em relação aos homens, porque? A soma de demandas familiares, profissionais e acadêmicas, além das pessoais, na rotina diária das mulheres, é algo exaustivo mental e fisicamente falando, mas, mesmo assim, elas continuam a ter seus lugares e realizações desvalorizados. Dado que estamos diante de uma definição cultural do lugar e do papel das mulheres, a superação desse modelo, sabemos, pode levar muito tempo ou não acontecer. Isso dependerá, certamente, do modo como as mulheres se organizam para reivindicar a mudança desse modo como são definidas e tratadas. A luta do movimento feminista trouxe grandes avanços e discussões acerca da emancipação das mulheres, mas ainda há muito pelo que lutar.

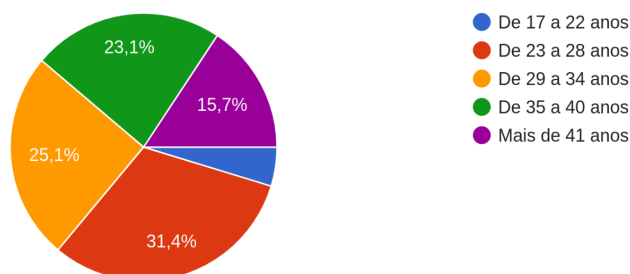
A mulher que decide sair da casa de seus pais ou de sua família em busca de suas aspirações profissionais e se torna a principal responsável financeira por si e sua família, indo, portanto, para o espaço público, é essa percepção sobre qual seria o seu lugar na vida social que acaba sendo questionada. A presença delas incomoda justamente porque questiona os valores e as regras que limitam sua existência ao mundo privado e à maternidade.

Quando mulheres independentes ocupam espaços públicos, sendo mãe ou não, casadas ou não, elas perturbam os valores mais gerais da sociedade brasileira sobre as mulheres e, aquelas que a eles não se limitam, são classificadas como “problemáticas”. Por que precisa ser um problema agir em direção às aspirações relacionadas à sua própria existência, dentro e (principalmente) fora de casa?

A partir daqui volto meu olhar para as mulheres no ambiente das universidades públicas federais. Elas (r)existem, coletiva e individualmente, no espaço institucional, que representa uma fatia desse grande “bolo Brasil”, com todas as suas dores e delícias. Essa sociedade se constrói a partir do entrelaçamento de “muitos espaços e muitas temporalidades que conviviam simultaneamente”, segundo DaMatta (1997), dando origem à toda complexidade que consiste em ser brasileira(o). Nesse sentido, encontramos nas universidades redes de afetos, disputas, lideranças e, em certa medida, auto regulação. Tudo isso opera dentro do sistema universitário, gerando nos indivíduos, que por algum tempo vivenciam aquela sua realidade, emoções e significados distintos, mas que não deixam de dialogar com valores e ideias que modulam sua forma de existir. Ser mãe e estudante rompe com duas regras, a saber, aquela que restringe as mães à esfera privada/doméstica, e a que ainda imagina que estudantes universitários são jovens e sem filhos. Porém, neste último caso, o que se observa é que a maioria das mães estudantes da UFSC estão com idade acima dos 29 anos.

Gráfico 4 - Idade

Qual sua idade?
255 respostas



Fonte: Formulário Sociodemográfico das Mães Estudantes da UFSC - 2021/2 (Inédito).

O reflexo por romper com tantas regras é que faz com que os processos de socialização das mulheres sejam bastante coercitivos (por vezes fatais) em todos os espaços, público e/ou privado. Qual brasileira ou brasileiro nunca ouviu a expressão “quem pariu Mateus que o embale”²³. Essa “inocente” expressão provoca reflexões acerca do entendimento mais geral da sociedade brasileira em relação à maternidade. Nos parece ser uma maneira, geral, de reafirmar a ideia de que os cuidados com as crianças é tarefa das mulheres, que as pariram. Mas esquecem que para gerar um embrião é necessário a fusão dos gametas, o feminino e o masculino²⁴. Além disso, a continuação da sociedade depende da chegada de novos indivíduos. E, mesmo assim, nesse contexto, a importância do papel social das mulheres acaba sendo diminuída. O fato de parir não deveria fazer das mulheres, automaticamente, a principal responsável pelos cuidados com as crianças. O Estado, a sociedade e todo conjunto familiar, deveriam dividir essa responsabilidade com as mães, e não aumentar ainda mais sua carga.

A comunidade acadêmica, que embora seja bastante intelectualizada e guiada por ideias científicas parece negligenciar o fato de que a chegada de uma criança na vida da mulher inicia uma série de transformações físicas, biológicas, sociais e psicológicas. As transformações físicas são percebidas nas alterações corporais que ocorrem ao longo das 40 semanas de gestação, (com variações para mais ou para menos) para acomodar outro ser humano que cresce em seu corpo. Sensibilidade, variações no peso, manchas na pele, flacidez, estrias, diabetes, alterações na pressão arterial, etc. também podem acontecer. Isso sem contar as últimas semanas de gestação que tornam difíceis tarefas antes corriqueiras, tais como calçar as meias ou amarrar os cadarços do sapato que, agora, necessitam ser feitas com ajuda de um terceiro. As mudanças biológicas, provocadas por alterações hormonais, iniciam com a produção da gonadotrofina coriônica e prolactina, manutenção das taxas de progesterona e após o primeiro trimestre, aumento de 30% na produção de estrogênio. Toda essa movimentação hormonal modifica bastante os corpos das mulheres que engravidam, provocando uma montanha russa de emoções e sensações.

²³ A expressão correta é “quem pariu os maus teus que balance”, porém houve uma adaptação para responsabilizar ainda mais as mulheres em relação às demandas de uma criança.

²⁴ Por ainda não haver registros de partenogênese em nossa espécie, é imperativo a presença de 2 gametas (um feminino e outro masculino) para que haja reprodução.

Já no âmbito das transformações sociais podemos falar dos espaços que deixarão de ser ocupados/frequentados (ao menos por um tempo) enquanto outros passarão a ser descobertos; olhares de reprovação em relação àquelas que praticam sua maternagem à margem do que é esperado; e sobretudo a expansão do papel social desempenhado pela mulher, que deixa de ser “apenas” mulher para ser “a mãe”. Por fim, a subjetividade também se transforma, afinal, ela sabe que não é mais responsável apenas por si e, muito provavelmente, as mulheres que se tornam mães nunca mais voltam a pensar apenas em si. A partir do momento que engravida, boa parte das mulheres acaba por tomar consciência de que não existirá mais o “eu”, mas sim um “eu” que pensa e age regulado por um “nós”. Sobretudo a partir do momento em que desenvolvem a consciência de que suas escolhas irão impactar diretamente (positiva ou negativamente) a vida da criança.

Falemos sobre a violência contra as mulheres. Basta olhar para o que diz a Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS (2022) quando afirma que a “violência contra as mulheres [...] é um grande problema de saúde pública e de violação dos direitos humanos”. Ou, então, para os números do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (2002) que apontam para 1,341 mulheres vítimas de feminicídio em 2021, o que corresponde a uma morte a cada sete horas, além dos 56.098 registros de estupros de mulheres, que significa que em 2021, a cada 10 minutos, uma mulher ou menina foi violentada. Quando consideramos as interseccionalidades, mulheres negras (pretas e pardas) são o principal alvo da violência contra as mulheres que, em muitos casos, acaba em morte.

Diante de um quadro generalizado de violência e subalternização, as mulheres acabam por cederem a comportamentos socialmente hegemônicos, em alguns casos, podem até mesmo se submeter a condições que ferem os direitos humanos. Aquelas que não se adequam aos valores hegemônicos quanto ao que deveria ser o lugar e o papel das mulheres, sentem o peso da pressão social, em todos os espaços, público e/ou privado. Nas universidades essa realidade não é diferente, mesmo que se imagine que poderia ser diferente em virtude de ser um espaço em que se produz conhecimento.

Se olharmos para trás, não podemos esquecer que as mulheres conquistaram o direito de ocupar os bancos das universidades somente em 1927. Apenas esta informação nos permite sugerir as razões das diferentes agressões vivenciadas pelas estudantes mães, sejam elas vindas de docentes, discentes, técnicos ou terceirizados que constituem a comunidade universitária. Para eles talvez não seja ali o lugar de mulheres que são mães. Há, como

sugerimos mais acima, ideias sobre o que seria um/a estudante que, certamente, não inclui mulheres que são mães.

Segundo Lélia Gonzales (1984), a sociedade brasileira apresenta duas características marcantes, o racismo e o sexismo. No caso, quando mulheres negras são estudantes universitárias e mães, serão discriminadas triplamente: por ser mulher, negra e mãe. Em nenhum desses casos, do ponto de vista de ideias hegemônicas, seu lugar seria a universidade.

Em se tratando da maternidade vivenciada no ambiente universitário, as mulheres sentem o peso das regras sociais, muito bem estabelecidas desde antes de seu nascimento, naquilo que diz respeito ao que se espera, de forma mais geral, do que seria o lugar e o comportamento das mães. Quando um professor cuja especialidade é ginecologia e obstetria se sente autorizado a ironizar a gravidez de uma aluna — “mas parece que essa gente não tem aula sobre anticoncepcional, não?” — ele está apenas repetindo, de forma acrítica, ideias e valores hegemônicos na sociedade brasileira sobre as mulheres e suas escolhas pela maternidade. Um único exemplo pode nos mostrar que, mesmo as mulheres tendo conquistado espaços importantes na sociedade, em termos de valores e ideias hegemônicas na sociedade brasileira sobre as mulheres, fica claro que a vida acadêmica, universitária não seria, nesta visão, o lugar para mulheres mães.

Pensar a maternidade entendendo-a como um fato social, nos ajuda, portanto, a compreender como no ambiente acadêmico, imaginado como lugar de conhecimento, também as violências com mães-estudantes podem ser recorrentes. Se a solidariedade está relacionada a laços que promovem a ligação entre as pessoas de uma sociedade, e que se efetivam pelo controle social para garantir que fatos contrários a dada sociedade não ocorram. Faz sentido pensar que existe, por parte de alguns membros da comunidade acadêmica (docentes, discentes, técnicos e terceirizados), uma solidariedade para limitar o acesso e atuação das mulheres nas universidades.

2.2 MATERNIDADE(S) NO AMBIENTE ACADÊMICO

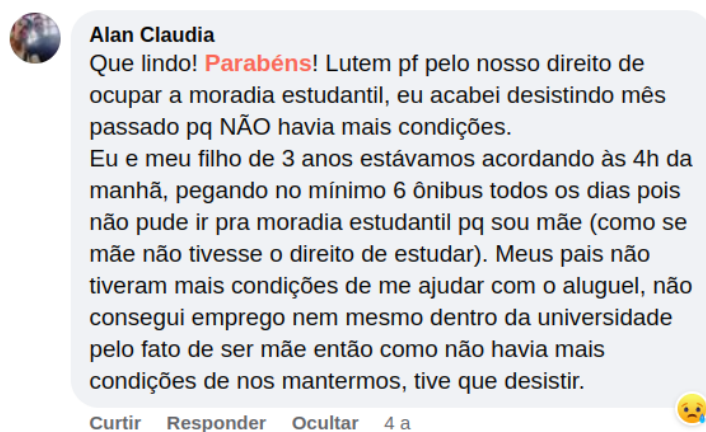
Ao voltar nosso olhar para as universidades em relação à maternidade, percebemos que dentro, assim como fora, a maternidade é múltipla. Nesse sentido, não podemos tratar a maternidade como um único modelo replicável a todas as mulheres. Além da desigualdade de gênero, classe e raça também entram nessa equação. A diferença consiste na própria

construção do ser mãe, do ser mulher e nas diversificadas vivências que a maternidade proporciona, a considerar que para cada mulher a construção da maternidade acontece em tempo, forma e vivências diferentes (BIROLI, 2018).

Quando falamos de mães na universidade encontramos mães discentes, servidoras, solo, casadas, trans, bissexuais, lésbicas, assexuais, deficientes, quilombolas, indígenas, periféricas, aquelas que se tornam mães ao adotar uma criança, mães de todas as classes sociais, agricultoras ou urbanas, ou seja, um grupo bastante diverso e unido pela maternidade. Um diversificado grupo, com demandas específicas, coexistindo por algumas horas do dia, no mesmo espaço. Nesse sentido, as disputas, afetos e tensionamentos são inevitáveis. Só assim, a partir dos enfrentamentos, é que temos a possibilidade de mudanças, se não houver questionamento até parece que tudo está funcionando perfeitamente bem.

Antes, durante e depois da pesquisa, tive a oportunidade de conhecer histórias surpreendentes. Mães estudantes de diferentes gerações estavam ali, se desdobrando em muitas para dar conta da vida dentro e fora da universidade. A maior parte dos relatos, com os quais tive contato, revelam as dificuldades enfrentadas pelas mães estudantes em permanecer com qualidade e concluir sua trajetória na instituição estando na companhia de suas crianças. Existem também aquelas que precisaram deixar seu sonho do diploma universitário de lado, por alguns anos, por falta de políticas que viabilizam a permanência delas nas IFES. Conforme exposto por uma estudante, na página do Coletivo no *facebook*, após publicação da portaria que nomeava a comissão em 2018

Figura 2 - Relato de uma mãe estudante



Na sua maioria são mulheres que estão em situação de vulnerabilidade. Seja por falta dos meios materiais que garantem a sobrevivência dela e de sua(s) criança(s), ausência de uma rede de apoio na cidade e a violência doméstica contra elas e suas crianças. Além de outras características da sociedade brasileira que dificultam suas vidas, como o racismo e o sexismo.

Levar a(s) criança(s) para universidade pode ser indicativo de alguma situação de vulnerabilidade. A falta de empatia de docentes, discentes, técnicos e terceirizados também é evidente. Uma das mães-estudantes que entrevistei relatou que, só conseguiu concluir seus estudos porque havia tomado a difícil decisão de abrir mão da guarda de seus filhos para o pai, que morava em outro estado.

Contudo, mulheres que se tornam mães na academia, ou lá chegam já exercendo suas maternidades, encontram um ambiente hostil quando em relação a seus colegas sem filhos. Os filhos acabam por tornar a trajetória acadêmica ainda mais difícil para as mulheres. As crianças não são o problema, o problema está onde a sociedade brasileira repousa seus mais “nobres anseios” de manter e aprofundar as desigualdades sociais.

Mesmo com salários e reconhecimento não equivalentes, entre homens e mulheres, elas vêm assumindo cada vez mais a dianteira de suas famílias, independentemente de estarem ou não acompanhadas. Por outro lado, a sociedade ainda encara a mulher da perspectiva dicotomizada entre cultura e natureza. Da perspectiva, essencialmente biológica, existe sim certa aproximação das mulheres com os demais mamíferos, pelo simples fato do corpo feminino gestar e amamentar seus descendentes, funções estritamente relacionadas à perpetuação da espécie. Nesse caso, a confusão pode estar na concepção do conceito acerca do que é ser humano. Além de biológicos, somos seres sociais, e nesse sentido a construção social do que é ser mãe acaba sendo inversamente proporcional a valorização das potencialidades e possibilidades enquanto seres biológicos. Existe certo descolamento do humano da categoria animal. Talvez por sermos as únicas criaturas reconhecidas com capacidade de significar, construir conhecimento, subjetivar, abstrair e produzir cultura, tendemos a nos colocar fora dessa classificação²⁵. Mesmo que as ciências humanas tenham se debruçado sobre as relações entre humanos e não-humanos recentemente, dos anos 1960 pra cá. Segundo Marras (2018), somente na virada do século XX para o XXI foi que “Bruno

²⁵. Somos parte integrante desse grande sistema de relações, intra e interespecíficas. E nesse ponto talvez fosse mais inteligente da nossa parte considerar que somos responsáveis não apenas por nossa sobrevivência, mas também, pela sobrevivência de todos os ecossistemas e biosfera.

Latour e Michel Callon na sociologia, Philippe Descola e Tim Ingold na antropologia, trabalharam em direção à legitimidade de entidades não-humanas com formas de agência que as pesquisas deveriam considerar” (p. 18), o que conferiu mais força aos estudos das relações para além da esfera humana.

Quando a distância interespecífica está posta e a mulher apresenta um conjunto de características, durante os processos de concepção, gestação, parto e lactação (os que tendem a aproximá-la dos demais mamíferos), isso faz com que sejam socialmente vistas como mais próximas ao campo da natureza. Na “balança social” entre cultura e natureza, a mulher vai pender bem mais para a natureza do que o homem.

“Em outras palavras, o corpo da mulher parece condená-la à mera reprodução da vida; o homem, em contraste, sem funções criativas naturais, deve (ou tem a oportunidade de) afirmar sua criatividade externamente, “artificialmente”, por meio de tecnologia e símbolos. Ao fazer isso, ele cria objetos relativamente duradouros, eternos e transcendentais, enquanto a mulher cria apenas perecíveis - seres humanos.” (ORTNER, 1974, p. 75, tradução livre)

E pelo fato de gerar apenas “perecíveis seres humanos”, mulheres tendem a ser vistas como um ser de segunda categoria pela sociedade. O que não seria diferente na universidade, uma vez que, guardada as devidas proporções, acaba por reproduzir aquilo que acontece fora dela.

Segundo Ortner, um dos verdadeiros universais, um “fato pan-cultural”, é o status secundário que a mulher ocupa nas sociedades. Esse fato nos ajuda a compreender o porquê que, em boa parte das sociedades as mulheres tendem a ser dominadas, subjugadas, oprimidas e/ou violentadas. Na perspectiva do homem moderno, a natureza é algo a ser dominado, explorado e transformado em lucro, geralmente. Sem respeito à trama de relações, intra e interespecíficas, estabelecidas entre os seres que habitam a Terra. Nossa espécie se sente autorizada a transformar em seu favor tudo ao seu entorno. Como, para alguns, mulheres são um “tipo humano” de segunda categoria mais próximo à natureza, parece natural que ela ocupe o tal status secundário na sociedade. Mesmo que muitas sociedades reconheçam o papel fundamental das mulheres na construção e manutenção da cultura, elas terão pouco protagonismo caso não lutem por ele. O fato das mulheres ocuparem esse tal status secundário pode estar relacionado a necessidade de “aliviar” (e muito) a responsabilidade social dos

homens quando se trata dos cuidados com a família e as crianças. Podemos dizer que, de maneira geral, a sociedade ocidental vê os homens como os sujeitos responsáveis pela vida pública, enquanto as mulheres estão no outro lado, na vida privada. Entretanto, ambos constroem e são responsáveis pela sociedade que compomos, sobretudo pelas construções de gênero. Quando as mulheres crescem em sociedades onde a dicotomia natureza-cultura é muito forte e a proximidade com a natureza está atribuída à elas, isso faz com que, em certa medida, elas sejam animalizadas, dominadas, oprimidas e tolhidas.

Tomando como base o ECA, no Artigo 2º da lei nº 8.069 (1990), onde também é atribuído à Sociedade e ao Estado a responsabilidade nos cuidados e desenvolvimento de crianças com idade até 12 anos incompletos, parece curioso responsabilizar somente os progenitores, em particular as mulheres, pelos cuidados e desenvolvimento das crianças. Concordando ou não, as mulheres que se tornam mães acabam reproduzindo, muitas vezes de maneira inconsciente, aquilo que a sociedade espera delas em relação ao papel social que devem desempenhar quando se tornam mães. Embora a Constituição brasileira determine que,

[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros [...] a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I- homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações [...] (BRASIL, 1988, Art. 05),

na prática não é bem assim que acontece.

Há décadas o movimento feminista vem trabalhando em ações que visam a equidade entre mulheres e homens ao redor do mundo. Aqui no Brasil, desde os anos 2000, o movimento feminista tende a transformar suas demandas em políticas públicas de prevenção e combate à violência de gênero. Empenhando esforços no desenvolvimento das redes de prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência, regras jurídicas como a Lei Maria da Penha, lei do feminicídio entre outras ações. Mesmo com todo respaldo legal, o combate das violências contra as mulheres ainda está longe de garantir segurança para todas. Apesar das conquistas ainda existe muito a ser conquistado, sobretudo quando falamos de mulheres negras, as quais sempre lutaram e seguem lutando, pelo direito à vida, liberdade de seus corpos, pensamentos, filhos e formas de viver.

O machismo brasileiro e nossa estrutura patriarcal sobrecarrega ainda mais as mulheres quando o assunto são obrigações domésticas e cuidados com as crianças. Outro

aspecto preponderante em relação às mães estudantes é a vulnerabilidade em que se encontram. Nesse sentido,

[...] seriam as mães estudantes mais competentes em ter acesso as creches universitárias, assim como parecem ser, em grau menor, no acesso a outras instituições públicas, ou estariam elas em condições ainda mais precárias que seus pares do sexo masculino? Considerando os tradicionais papéis de sexo, pode-se supor que estudantes do sexo masculino encontrem mais facilmente familiares dispostos a assumir a responsabilidade do cuidado com seus filhos (incluindo as próprias mães, tias, avós e avôs), enquanto estudantes do sexo feminino seriam cultural e socialmente impelidas a assumir, elas próprias, tal responsabilidade [...] (ANDIFES, 2018, p. 63)

Tendo em vista as barreiras, sobretudo familiares, que se apresentam para as mulheres, é possível pensar em um pacto social, não declarado, punitivista direcionado às mulheres que se tornam mães na universidade ou nela chegam com seus filhos? E se essas mulheres forem negras e mães solo, considerando as características racistas e sexistas da sociedade brasileira, como será esse acolhimento?

De uma maneira ou de outra gestar descendentes, parir e alimentar a cria, em qualquer sociedade, guardada as devidas proporções, aproxima as mulheres ao campo da natureza. As regras criadas pelas sociedades transformam as mulheres nas principais responsáveis pelas crianças. É como se a relação entre mãe e filho fosse dada, natural, e não socialmente construída. Se consideramos que no período entre “2001 e 2015, às famílias chefiadas por mulheres, mais que dobraram em termos absolutos (105%), passando de 14,1 milhões em 2001 para 28,9 milhões em 2015” e que “cerca de 6 milhões de pessoas não têm o registro do pai” em seus documentos (CAVENAGUI, 2018), podemos observar transformações no que tange o arranjo familiar brasileiro. Onde as mulheres estão cada vez mais assumindo a chefia das famílias, e por consequência, se apresentam mais ativas na vida pública.

De maneira geral, é possível atribuir à educação superior o papel de mola propulsora para a emancipação e mobilidade econômica das mulheres. O que resulta em maior participação de mulheres na política, na ocupação de espaços de poder, na criação de políticas públicas e no aumento de lideranças mulheres dentro dos movimentos sociais.

A maternidade, quando exercida concomitantemente a vida acadêmica, proporciona às crianças que acompanham suas mães no espaço acadêmico a abertura para um mundo diverso e cheio de possibilidades. O contato com visões de mundo diferentes amplia os

horizontes, também, das crianças que convivem na universidade, e que muitas vezes essas mulheres mães são as primeiras representantes da família a entrar na universidade. Mesmo diante da qualidade de tudo que possa acontecer com as mães estudantes em sociedade, Urpia e Sampaio (2009) nos lembram que, “abrir as portas da educação superior para as mulheres não é o bastante para assegurar igualdade de oportunidades para a carreira daquelas mulheres que fazem a escolha de tornarem-se mães” (p. 31). O que, mais uma vez, nos faz atentar para as fragilidades que se impõem quando o assunto é a garantia de direitos adquiridos pelas mulheres.

Durante todo o processo da pesquisa conheci apenas dois pais estudantes que levavam os filhos para a universidade, ambos exerciam guarda compartilhada. Talvez se o arranjo familiar não fosse o de guarda compartilhada jamais saberíamos que aqueles estudantes eram pais. Como já citado no capítulo anterior, homens são blindados quando o assunto é a responsabilização social acerca dos cuidados com os filhos. Justamente por esse motivo suas paternidades não impactam suas atividades acadêmicas e/ou profissionais. Já com mulheres a maternidade impacta desde o momento em que chega a notícia da gravidez. É orientador de pós-graduação falando que maternidade não combina com universidade; professores de graduação em medicina perguntando se a estudante não sabe o que são contraceptivos; é a família falando que a vida da mulher acabou porque não sobrá tempo para mais nada depois que a criança nascer; e, a insegurança no trabalho ao voltar da licença maternidade. Depois que a criança nasce as questões mudam, mas a implicância continua. Agora o problema é o tempo de afastamento para licença maternidade, a baixa produtividade, os seios que se enchem de leite e quase nenhum local adequado para fazer a ordenha, é a criança doente que precisa que alguém fique com ela em casa ou no hospital - e nesse caso geralmente são as mães que ficam.

Mães estudantes, muitas das vezes, exercem diariamente jornadas quádruplas (maternidade, trabalho remunerado, universidade e tarefas domésticas), que gera uma sobrecarga física e mental desumana. Essa sobrecarga coloca mulheres entre a população mais suscetível a problemas de saúde mental, segundo o Instituto Nacional de Psiquiatria do Desenvolvimento - INPD (2021).

Todas as violências, obstáculos e desafios expostos só reforça a ideia acerca da importância em desromantizar a maternidade, essa romantização está matando lentamente as mulheres, literal e figurativamente.

2.3 MÃES ESTUDANTES: DEMANDAS E POLÍTICA PÚBLICA

Em se tratando das políticas públicas para educação, saúde, meio ambiente etc, que estão vigentes no Brasil desde o período da redemocratização, entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, encontramos um conjunto de programas e ações específicas a cada área coberta por estas políticas. As ações afirmativas e programas nacionais relacionados ao acesso e permanência de estudantes ao ensino superior, apresentaram aprofundamentos e concretizações a partir de 2003, no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Considerando a constituição brasileira em seu artigo 205 onde versa que,

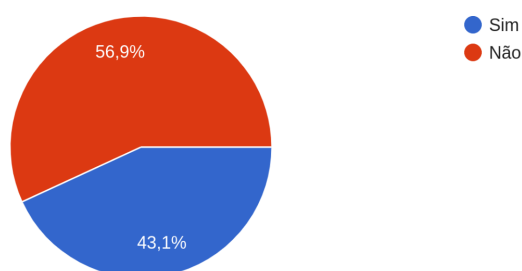
“[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, as políticas públicas e ações afirmativas na educação são de extrema importância para a garantia dos direitos constitucionais. Desde que as ações afirmativas foram decretadas, em 2002, até hoje, passaram-se 20 anos. Sem a pretensão de julgar a eficiência das ações afirmativas ou se realmente elas estão cumprindo seu objetivo de garantir a redução das desigualdades na sociedade, é inegável o quanto elas tem colaborado com a presença de estudantes oriundos de diferentes realidades sociais, econômicas e culturais.

Ao considerar apenas a porcentagem de mães estudantes que acessaram a universidade por meio das ações afirmativas (cotas raciais, baixa renda, pessoas com deficiência, indígenas e quilombolas) na UFSC, observamos que mais de 40% das mães estudantes acessaram a universidade por meio delas.

Gráfico 5 - Acesso à universidade

Você ingressou na universidade através de políticas afirmativas?
255 respostas



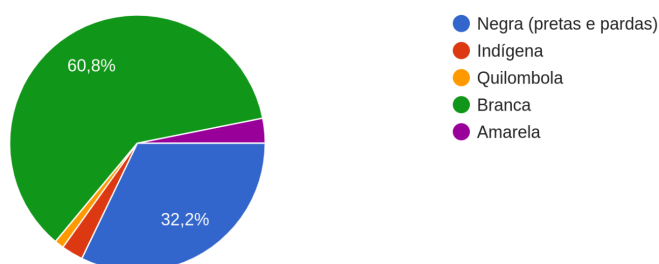
Fonte: Formulário Sociodemográfico das Mães Estudantes da UFSC - 2021/2 (Inédito).

Se quase metade dos acessos de mães à universidade se deu por meio de ações afirmativas, pode ser indicativo que a categoria mãe estudante, por acumular interseccionalidades e se tratar de um grupo bastante heterogêneo, se apresenta como categoria estudantil invisibilizada. Uma vez que se dilui entre os grupos correspondentes de cada público alvo da ação afirmativa específica. E por não estarem sozinhas, e sim na companhia de suas crianças, isso as coloca em posição de maior vulnerabilidade em relação aos colegas sem filhos.

Quando olhamos, exclusivamente, para as cotas raciais em relação ao acesso à universidade, considerando apenas a categoria mãe-estudante, a média apresentada na UFSC é quase o dobro da média total (homens e mulheres) do estado de Santa Catarina que, segundo o censo do IBGE (2010), era de 19,5% da população autodeclarada negra. Se olharmos para a própria UFSC o percentual total de estudantes negros se aproxima ao do estado de Santa Catarina, onde, segundo a própria instituição, o número de estudantes negros na UFSC não chega à um quinto do total dos estudantes, o que representa menos de 20%.

Gráfico 6 - Identificação étnico racial

Qual sua identificação étnico racial?
255 respostas



Fonte: Formulário Sociodemográfico das Mães Estudantes da UFSC - 2021/2 (Inédito).

Se considerarmos o conjunto das mães estudantes indígenas (2,7%) e quilombolas (1,2%), o total de estudantes mães não brancas chega a 36,1%, o que indica que as ações afirmativas, para categoria estudantil mães estudantes, estão promovendo maior diversidade racial na universidade. Lembrando que, tanto o estado como a UFSC apresentam menos de 20% da sua população autodeclarada negra.

Embora o Movimento de Mães e Pais da UFSC tenha trilhado um caminho fundamental, o Coletivo MãEstudantes deu continuidade, ampliou horizontes e marcou presença nas discussões sobre política de permanência na UFSC, mais especificamente, aquelas voltadas para as estudantes que são mães. Organizar-se politicamente se torna imprescindível quando o objetivo é ter voz. Isso faz lembrar o desenho animado “Horton e o Mundo dos Quem”, com direção de Jimmy Hayward e Steve Martino, lançado em 2008. No filme, uma população numerosa de seres minúsculos, consegue fazer sua voz ser ouvida para além do seu pequeno mundo, quando todos os pequenos habitantes cantam, gritam e fazem juntos o máximo de barulho possível. Por fim, conseguem ser ouvidos e evitam a extinção do seu mundo, que é do tamanho de um grão de pólen. As mães estudantes, assim como os “Quem”, perceberam que para serem ouvidas precisavam se organizar coletivamente e gritar juntas para não serem “extintas”.

Entre a criação do Coletivo e a publicação da portaria que nomeou a comissão que elaboraria a minuta da política de permanência voltada a elas, passaram-se 12 meses, tempo relativamente rápido em se tratando de demandas estudantis de uma categoria tão invisibilizada. Na reunião que antecedeu a publicação da portaria, em abril de 2018, o Coletivo apresentou à Reitoria, e aos demais participantes – ali estavam PRAE, PROGRAD,

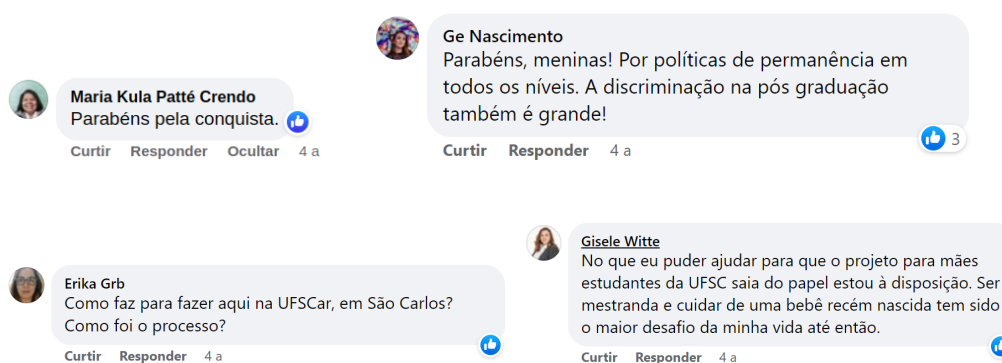
SAAD, PROEX e direções do CED e CFH – informações acerca do movimento pioneiro que estava acontecendo na UFPel, em que a instituição havia iniciado discussões internas sobre a permanência materna por lá, uma vez que não havia nenhuma ação específica voltada para a permanência de estudantes com filhos, nem mesmo o auxílio creche. Nesse sentido, a UFSC, é necessário dizer, está mais avançada.

Ainda sobre a reunião em abril de 2018, o Coletivo apresentou sugestões em relação às ações que facilitariam a permanência de mães estudantes na instituição. Ou seja, não levavam apenas problemas, mas também a solução para as demandas das mães estudantes. E, quais eram as demandas e possíveis soluções trazidas pelo coletivo? A primeira e mais importante delas, é um local para deixar as crianças, de modo que não precisem ir para a sala de aula com suas mães. Para essa necessidade, o coletivo sugeriu à administração central da UFSC a construção do “contraturno”, como um equipamento de permanência para essas alunas. Outra demanda foi a instalação de no mínimo dois fraldários (nos banheiros feminino e masculino) dos Centros de Ensino e unidades administrativas da UFSC. Extensão de prazos acadêmicos para essas alunas também foi uma sugestão do Coletivo para essa política de permanência: 50% mais dois na duração do curso antes de jubilar (atualmente é 50% mais um). Sugeriu-se também cursos de formação para os servidores docentes e técnicos, o pessoal terceirizado da UFSC e campanhas de conscientização sobre os direitos das mães e crianças, como forma de prevenir situações de violência contra as alunas e seus filhos. Também identificou-se a ausência de locais adequados para amamentação e alimentação de bebês e, para esse problema, a sugestão foi criar, em todos os centros de ensino, espaços próprios para tal, equipados com microondas, poltrona própria para amamentação, trocador e pia. Uma das grandes dificuldades para as mães estudantes é a moradia estudantil. Como viabilizar uma moradia estudantil que acolha alunas e suas crianças? A sugestão do coletivo foi a construção de uma moradia familiar, idealizada como espaço próprio para receber estudantes da UFSC que tenham filhos. Por fim, mas não menos importante, sugeriu-se à administração central a criação de mecanismos administrativos de levantamento, registro e atualização constantes das informações sobre a maternidade entre as estudantes da UFSC, como instrumento necessário para construir e aprimorar as políticas de permanência estudantil, tornando-as, assim, mais inclusivas.

Em maio de 2018, logo que a portaria foi publicada pela Reitoria, o Coletivo compartilhou, em sua página no *facebook*, a conquista que reverberou em mulheres, de

diferentes regiões do país, vinculadas às instituições públicas de ensino superior. Essa publicação fez com que se alargasse a rede de colaboração e articulação das mães estudantes, em prol da construção de uma política de permanência materna nas instituições públicas de ensino superior. A notícia, até onde soube, movimentou o conjunto das estudantes em algumas universidades, mostrando que existe uma luz no fim desse túnel. Várias foram as mensagens parabenizando o Coletivo pela conquista e muitas pessoas se mostraram interessadas em ajudar e em conhecer como havia transcorrido o processo na UFSC.

Figura 3 - Mensagens de mulheres após publicação da portaria



Fonte: página do Coletivo MãEstudantes/UFSC no *facebook*.

Após essa repercussão toda do que estava sendo construído na UFSC, vários foram os espaços onde o Coletivo passou a ter voz. Convites para rodas de conversa, entrevistas em rádio, visita a outros *campi* da universidade, semana acadêmica, recepção de calouros, entre outras atividades e eventos que abarcam a vida acadêmica. Essa era uma forma de propagar suas conquistas a fim de encorajar outros grupos a se constituírem. Também houve presença de representantes do Coletivo em eventos de outras universidades do sudeste, região onde se concentra o maior número de coletivos de mães universitárias do país.

Em se tratando de assistência estudantil, segundo o Pró-Reitor da PRAE em 2018, o professor Pedro Luiz Manique Barreto, a UFSC é a universidade federal que apresenta maior diversidade em ações do programa de permanência estudantil, além de bolsas com valores mais elevados. Os auxílios que a UFSC oferece aos estudantes são: bolsa estudantil, bolsas para estudantes indígenas e quilombolas, moradia estudantil, moradia indígena, auxílio moradia (para estudantes que não foram contemplados com vaga na moradia estudantil), isenção de pagamento no RU e nas atividades esportivas e cursos extracurriculares, programa

de apoio à apresentação de trabalhos científicos, apoio à participação coletiva em eventos, e o auxílio creche que varia entre R\$ 468 (quatrocentos e sessenta e oito reais) e R\$ 771 (setecentos e setenta e um reais) para creches de meio período e período integral, respectivamente. Além de diversificados, todos os benefícios são cumulativos, com exceção do auxílio moradia e moradia estudantil, diferente do que ocorre em outras universidades, onde a diversidade das ações que visam à permanência estudantil são reduzidas. Isso se deve, em parte, porque os recursos do PNAES são alocados em apenas uma ação, como, por exemplo, o caso da Universidade Federal de Santa Maria, que destina todo o recurso do PNAES para a moradia estudantil. Já na Universidade Federal Fluminense, diferentemente da UFSC, até bem pouco tempo não era possível acumular os benefícios. Segundo a PRAE, quando olhamos para as demais IFES brasileiras, observamos que nenhuma apresenta um quadro tão diverso de ações para a permanência estudantil, como o que encontramos na UFSC.

Dentre todos esses auxílios, o único exclusivo para estudantes com filhos é o auxílio creche. No entanto, isso se mostra insuficiente para atender as demandas dessas alunas, já que, em muitos casos, elas são mães de crianças com idades acima dos 6 anos. É verdade que com 6 anos incompletos o ensino público para a criança pode ser integral. Mas também é verdade que nem sempre é possível que a criança permaneça os dois turnos na mesma creche²⁶. O resultado dessa falta de vagas nas creches públicas obriga as mães-estudantes a fazerem verdadeiros “malabarismos” para pegar a criança em uma escola, almoçar e levá-la até outra, no período de 1 hora e meia. Não é muito difícil de imaginar que elas chegam quase sempre atrasadas em suas aulas na Universidade, isso quando não perdem a primeira aula.

Durante a pesquisa entrevistei 3 mães-estudantes que tinham exatamente essa rotina e elas estavam sempre apressadas com suas crianças pelo *campus*. Uma das estratégias adotada por 2 delas foi matricular as crianças (todas) na mesma escola e morar perto uma da outra para contar com a ajuda uma da outra quando fosse necessário. Esse é um exemplo do que fazem as mães estudantes da UFSC para permanecer em seus cursos.

Voltando à insuficiência do auxílio creche e sua ineficiência para a permanência de mães-estudantes na universidade. Quando a criança chega à idade escolar, aos 6 anos, a possibilidade de um ensino integral, na rede pública de Florianópolis, é quase inexistente.

²⁶ Desde 2017 as creches municipais em Florianópolis passaram a dar prioridade ao atendimento em meio período, sendo raras as crianças que conseguem fazer os dois turnos no mesmo Centro de Educação Infantil .

Nesses casos, essa situação as expõem a violências, uma vez que serão obrigadas a levar seus filhos para a Universidade e nem sempre isso se passa de forma tranquila. Nesse ponto específico, o Coletivo MãEstudantes/UFSC travou sua batalha na busca da permanência com qualidade para todas, e não apenas para aquelas que se enquadram no edital para o auxílio creche. O grupo tinha consciência de duas coisas: a primeira era a de que uma creche não resolveria o problema, justamente pelo exposto anteriormente sobre a idade das crianças, e, a segunda, era a de que a UFSC não iria reformular o edital do auxílio creche ampliando a idade de 6 anos incompletos para 12 anos incompletos a fim dessas mulheres alcançarem os benefícios. Modificar o edital em relação ao auxílio creche para dar conta de crianças com até 12 anos incompletos aumentaria o número de estudantes beneficiadas. Atualmente o número de bolsas destinadas ao auxílio creche varia entre 16 e 20 bolsas por semestre. Considerando que a UFSC desconhece o número de estudantes mães regularmente matriculadas, não temos como inferir se a atual quantidade de auxílio creche é ou não suficiente. Imagina se estender até os 12 anos incompletos? Segundo a Pró-Reitora de Assistência Estudantil, até julho de 2022 não há registro do número de estudantes com filhos com idade de até 12 anos incompletos. Para ter essa informação a PRAE teria de extraí-los manualmente de cadastros físicos. Essa falta de informações básicas sobre o corpo discente, limita as políticas de permanência que, dada a falta de informações, têm que ser mais generalistas. No caso das mães estudantes, a PRAE não conseguiria estimar o número real de mães estudantes, pois só conseguiria extrair informação sobre aquelas que buscaram os serviços de assistência estudantil. Ou seja, o dado continuaria incompleto. Independente de conhecerem ou não o número de estudantes com filhos na UFSC, a instituição levou adiante a proposta do grupo de trabalho.

A primeira reunião da comissão aconteceu na Reitoria e contou com a presença de todos os membros que a compunham, cerca de 13 pessoas. A comissão teve 180 dias para discutir e propor uma minuta de política para a situação das mães estudantes. Ao longo das reuniões a presidente buscou entender as demandas das mães-estudantes para, a partir daí, pensar conjuntamente sobre o que seria necessário definir como política de permanência para estas estudantes.

Quatro pontos foram fortemente marcados pelas estudantes nos encontros: 1) criação do espaço Contraturno que permita mães estudante, com filhos em idade entre 6 e 12 anos, permanecer e concluir seus cursos com qualidade; 2) estruturas como fraldários nos banheiros

masculinos e femininos além de um espaço para amamentação²⁷; 3) formação continuada para docentes, a fim de evitar violências contra as mães-estudantes; e, 4) meios para extrair e manter atualizados os dados referente ao número de mães estudantes na UFSC. Claro que ao longo de todo processo de discussão do documento houveram embates entre representantes do Coletivo e representantes da instituição. Uma das questões que gerou muita discussão foi o fato da UFSC não contar com um banco de dados confiável sobre a situação social das estudantes. Infelizmente, de 2018 até 2022 a UFSC ainda não havia acatado a sugestão do Coletivo, nem proposto algo para conhecer o número de mães estudantes na instituição.

Quando falamos em políticas públicas parece que o Estado, aqui representado pela UFSC, esquece que tais ações não são destinadas a ele, e sim, a um determinado grupo, e que o retorno e observações das populações impactadas pelas políticas são indispensáveis e de extrema importância para saber se as políticas propostas são efetivas:

“Em última instância, é preciso fazer uma análise de baixo para cima, a fim de identificar e problematizar o papel dos implementadores, bem como analisar a natureza dos problemas que as políticas públicas buscam resolver e identificar as redes de relação que essas políticas criam entre os atores sociais envolvidos.”
(Spiess, 2016, p. 177).

Para além das relações estabelecidas entre políticas e atores sociais, se faz necessário implicar outras esferas do Estado, quando falamos em uma política para permanência materna. Apenas a universidade não dará conta disso. Por exemplo, se a mãe estudar no período noturno, sob os cuidados de quem ficam seus filhos enquanto ela está em sala de aula? Ou uma mãe que trabalha o dia todo e tem filhos pequenos não pode estar na Universidade? Nem todas as mães têm rede de apoio e, portanto, para cursar uma graduação no período noturno teria que dispor de uma creche ou espaço neste período. A creche noturna na UFSC é inviável, ao menos por enquanto, e, por essa razão, caberia ao município tal ação,

²⁷ A sala para aleitamento materno foi inaugurada alguns meses após o fim da elaboração da política. Entretanto, o espaço não atende a demanda, sendo mais um espaço que ficará subutilizado. O fato de ter sido construído ao lado da Reitoria, na região central do *campus*, dificulta muito o acesso. A localização não é favorável àquelas estudantes que têm 20 minutos de intervalo e levam 10 minutos caminhando, dos seus Centros de Ensino até a Reitoria. Essa foi uma ação atabalhoada executada pela SAAD, setor que busca promover a diversidade no campus, mas que nem sempre consegue ser assertiva em suas ações, justamente por pensar sozinha, sem incluir os agentes alvo de suas ações nas tomadas de decisão. A construção da sala não foi pensada junto às estudantes, pois se assim fosse, teriam construído pequenos espaços de aleitamento nos Centros de Ensino, o que seria efetivo no diz respeito a mulher ter um espaço tranquilo para amamentar sua criança.

uma vez que ele é o principal responsável pelo ensino fundamental. A criação pela UFSC de um espaço para o contraturno diurno seria um avanço, mas mesmo assim ainda teríamos a questão daquelas mulheres cujos cursos são noturnos.

Ao acolher as demandas e dar voz às mães-estudantes, a universidade demonstra interesse em resolver a situação. Porém, o fato de que até o momento a instituição ainda não conseguiu criar mecanismos administrativos para conhecer o número de mães estudantes matriculadas em seus cursos de graduação e pós-graduação, pode ser lido como um certo desinteresse por esse grupo particular de estudantes. Se a demanda existe, é necessário saber qual o tamanho da população que estamos falando. Quantas estudantes iriam se beneficiar com a criação de uma política?

Aqui apresenta-se a principal batalha para o Coletivo: (re)existir. De nada nos adianta uma proposta de política se ela não é implementada. É preciso que ela seja apreciada pelo CUn e colocada em prática. Mas como submeter a proposta ao CUn se a UFSC desconhece o real número de alunas que se beneficiariam com essa política de permanência?

No

[...] momento em que as universidades passam a tentar incluir no contexto universitário outras condições juvenis, implementando políticas que garantam o acesso e a permanência de parcelas da população juvenil antes excluídas, é fundamental atentar para categorias estudantis, como a de estudante-mãe, que permanecem obscurecidas por políticas de assistência que lutam para sobreviver. (Urpia, 2009, p. 39).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A considerar toda sorte de obstáculos que mães estudantes encontram nas universidades, elas (r)existem. Independente do pertencimento étnico, crença, idade, orientação sexual, deficiência ou classe social é imprescindível que continuem acessando a universidade e que as ações e políticas para sua permanência sejam efetivadas. É dessa forma que a condição socioeconômica dessas estudantes tem alguma chance de se modificar, através da educação e de sua formação como profissionais qualificadas. Tendo em vista que cada vez mais as famílias são chefiadas por mulheres, podemos levantar a hipótese de que elas busquem progressivamente qualificar-se para melhorar seu lugar no mercado de trabalho e

assim oferecer melhores condições de existência a elas próprias, seus descendentes e suas famílias. Nesse sentido, uma política pública para permanência materna é fundamental para que, cada vez mais, as mulheres acessem o ensino superior, se essa for a sua vontade.

Que a maternidade não seja um obstáculo na trajetória educacional e profissional das mulheres.

Quando o Estado se dispõe a propor políticas públicas e ações afirmativas para um determinado segmento da população, não se pode perder de vista a importância do envolvimento das populações a que elas se destinam. Neste sentido, quanto maior for a participação das mães estudantes nos debates e definições das políticas de permanência para a sua realidade, maiores são as possibilidades que estas ações sejam exitosas. São as próprias mães estudantes que conhecem a sua situação e sabem o que seria melhor para que elas pudessem finalizar, com qualidade, suas trajetórias acadêmicas. Portanto, é imperativa sua presença, de forma paritária, na definição das ações que para elas são destinadas. Quanto mais os grupos forem ouvidos, mais compreendidas serão suas demandas e necessidades, e muito mais assertivas serão as ações a serem efetuadas pelo Estado, no caso, a UFSC.

Nesse sentido, essas mulheres devem continuar em suas lutas de forma coletiva para poderem transformar suas realidades sócio-econômicas o que, sabemos, passa por permanecer na Universidade com qualidade, e sobretudo, concluir sua trajetória acadêmica da melhor forma possível.

Considerando o tempo para conclusão do trabalho, e o desenrolar das coisas entre os anos de 2018 e 2022, não posso encerrar esse texto sem uma breve atualização do processo.

Em 2022, com a mudança na gestão da Reitoria na UFSC, aconteceram alguns avanços na construção da política para permanência materna. Foi constituída uma nova comissão para rever a minuta da política construída em 2018, agora com paridade entre as representações discentes e da universidade. Na atual configuração, a comissão conta com a presença de quatro representantes do Coletivo, que atuam em outros movimentos sociais e acadêmicos, tais como: movimento negro, feminista e da pós-graduação. Ainda enquanto representação discente, a comissão conta com a presença de uma representação do DCE e das mães estudantes quilombolas. As mães estudantes indígenas deram preferência em atuar junto ao movimento dos estudantes indígenas na instituição, por se tratar de uma categoria estudantil com maiores especificidades. Já por parte da instituição, temos representações da PRAE, Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAF), PROGRAD, PROPG, dos diretores de

centro e dos *campi*. As reuniões foram retomadas e a data para apresentação de nova minuta ao CUn parece estar mais perto de ser definida. Parte dos integrantes da atual comissão não participaram da primeira, onde apenas 3 das 12 mulheres que integram a comissão participaram do processo em seus dois momentos. Nesse sentido algumas conquistas já foram alcançadas, como: sala de aleitamento materno; cartão de acesso ao RU para filhas e filhos de estudantes da graduação e pós-graduação que tenham até 12 anos; fraldários; e maior visibilidade para as questões maternas na instituição. Por outro lado ainda tem muito a ser conquistado. Até o ano de 2022 a UFSC ainda não sabe qual a porcentagem de mães estudantes matriculadas em seus cursos de graduação e pós-graduação, mesmo que todas as sugestões nesse sentido tenham sido feitas pelo Coletivo MãEstudantes, a UFSC ainda segue ignorando-as. Com relação a isso talvez faça sentido pensar que existe, por parte dos docentes, técnicos, discentes e terceirizados certa solidariedade para limitar o acesso e, por vezes, a atuação de mães estudantes da universidade.

O ambiente acadêmico é um universo de potências que no encontro transformam realidades, individuais e coletivas. Essa potência está nas pessoas que constroem este ambiente, sobretudo os/as estudantes, pois são eles a razão maior da existência de qualquer que seja a instituição de ensino.

Toda conquista, seja ela uma política pública, uma ação afirmativa, um programa institucional, todas, todas elas só são alcançadas através de muito trabalho e embates. Não se trata de uma benesse governamental, se trata do resultado de muita luta, sangue, suor, lágrimas e afetos.

Todo reconhecimento, dentro e fora das redes (virtuais e reais), confirma o protagonismo do Coletivo MãEstudantes da UFSC na luta pela construção de uma política para permanência materna nas IFES brasileiras.

Deixo registrado aqui meu desejo de sorte para as mulheres que passaram, permanecem e as que virão a contribuir na luta por uma política para permanência materna na UFSC, e porque não, nacional.

Boa sorte, mulherada!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDIFES. V Pesquisa Nacional de Perfil Sócioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior, 2018. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>> Acesso em: 15 março 2019.

AQUINO, Estela M. L. Gênero e Ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade. In. Pensando Gênero e Ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2005-2006. Brasília, p. 11-18, 2006.

BARROS, Nelson Filice; MOTTA, Pedro Mourão Roxa da. Autoetnografia. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 31, n. 6, p. 1337-1340, jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2015000601339. Acesso em 13 jul.2020.

BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. Boitempo Editorial, São Paulo 2018.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Trad. Maria Helena Kuhner. 14 ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Portal do Planalto. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 30 out 2018

BRASIL. Portal MEC. Programa Nacional de Assistência Estudantil, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

CAVENAGUI, S.; ALVES, J. E. D. Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios. Estudos sobre Seguro, nº 32, ENS-CPES, Rio de Janeiro, 2018.

CNJ, 2022. Metas para 2023 consolidam combate à violência contra mulheres na agenda do Judiciário. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/metas-para-2023-consolidam-combate-a-violencia-contra-mulheres-na-agenda-do-judiciario/>. Acesso em 29 de novembro de 2022.

COSTA, Arilane L. da. A Assistência Estudantil como Ferramenta Determinante para a Garantia do Direito à Educação: a realidade de alunas mães da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Trabalho de Conclusão de Curso, Natal, 2017.

DIEESE, 2022. Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202209cestabasica.pdf>. Acesso em 13 de dezembro de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.76i184.1100>. Acessado 21 dez. 2021.

DURKHEIM, Emile. O que é fato social. Durkheim E, organizador. As regras do método sociológico. São Paulo, Abril Cultural, p. 87-109, 1978

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. Tradução: Paula Serqueira, Revisão Tânia S. Lima. Cadernos de campo. 13: 155-161, 2005

FOUCAULT, Michel. Ditos e Escritos - Estratégia, Poder-Saber. 4.ed, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Tradução: Júlio Assis Simões. Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006

GEBARA, Ivone. As águas do meu poço. São Paulo: Brasiliense, p. 66, 2005.

GLUCKMAN, Max. Rituais de Rebelião no Sudeste da África. Brasília, Edunb, Cadernos de Antropologia, 1974

GOLDMAN, M. Como Funciona a Democracia. Uma Teoria Etnográfica da Política. 1. ed. Rio de Janeiro, Editora 7Letras, 2006.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

INPD, 2021. Mulheres têm 40% mais chances de sofrer transtornos mentais. Disponível em:<http://inpd.org.br/?noticias=mulheres-tem-40-mais-chances-de-sofrer-transtornos-mentais> #. Acesso em: 25 de julho de 2021.

MARRAS, Stelio. Por uma antropologia do entre: reflexões sobre um novo e urgente descentramento do humano. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros [online], n. 69 p. 250-266, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p250-266> . Acesso em 29 de novembro de 2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. Cuaderno de observatório Nacional do mercado do trabalho. São Paulo, 2015. Disponível em <https://www.dieese.org.br/livro/2016/cadernoObservatoNacionalVol1/index.html?page=33>. Acesso em 13/04/2021.

OPAS, 2022. Violência contra as mulheres. Disponível em: <https://www.paho.org/pt>. Acesso em 29 de novembro de 2022.

ORTNER, S. B. Is female to male as nature is to culture? Stanford University Press. 1974.

PASSOS, E.; KATRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Pistas do método da cartografia: Pesquisa, intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PINHO, Osmundo de Araújo. Corações e Mentes do Movimento Negro Brasileiro. Estudos Afro-Asiáticos [online]. 2002, v. 24, n. 2, p. 415-420 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2002000200009> . Acessado 21 dez. 2021,

ROMANELLI, G. O Significado da Educação Superior para duas gerações de famílias de camadas médias. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 76, n. 184, p. 445-476, 1995. Disponível em

SANTOS, Silvio M. A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. *Plural: Revista de Ciências Sociais*, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2017.113972> . Acesso em 22 jun.2020

SILVA, Sergio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Psicologia: Ciência e Profissão* [online]. 2010, v. 30, n. p. 556-571. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-989320100003000093> . Acessado 21 dez. 2020.

SOUTO-MARCHAND, A. S.; GALVÃO, E.; FERNANDES, M. (Orgs.) *Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade, volume 1: Artigos produzidos durante a Pandemia de Covid-19*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

SPIESS, Marcos Alfonso. *RELAÇÕES ENTRE ANTROPOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: uma análise a partir da institucionalização do campo de pesquisa. Perspectivas em Políticas Públicas*, v. 9, n. 1, p. 169-191, 2016.

URPIA, A. M. de O.; SAMPAIO, S. M. R. Tornar-se Mãe no Contexto Acadêmico: dilemas da conciliação maternidade – vida universitária. *Revista Recôncavos*, v. 3, n. 2 p. 30-43, 2009

WELTERS, Angela. *MULHERES E CUIDADO NO BRASIL: DESIGUALDADES E INVISIBILIDADES*. *Anais*, p. 1-15, 2022. Disponível em <https://abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/3729/3577> . Acessado 21 dez. 2020.